

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CLÁUDIA DANIELLA DA SILVA VIEIRA

**A PRODUÇÃO DOCUMENTAL E A FORMAÇÃO DOS ARQUIVOS EM
ARQUITETURA E A SUA RELAÇÃO COM A ARQUIVOLOGIA**

.

Porto Alegre

2017

CLÁUDIA DANIELLA DA SILVA VIEIRA

**A PRODUÇÃO DOCUMENTAL E A FORMAÇÃO DOS ARQUIVOS EM
ARQUITETURA E A SUA RELAÇÃO COM A ARQUIVOLOGIA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. Realizado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia pelo Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Rita de Cássia Portela da Silva

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Vieira, Cláudia Daniella da Silva

A PRODUÇÃO DOCUMENTAL E A FORMAÇÃO DOS ARQUIVOS
EM ARQUITETURA E A SUA RELAÇÃO COM A ARQUIVOLOGIA /
Cláudia Daniella da Silva Vieira. -- 2017.

93 f.

Orientadora: Rita de Cássia Portela da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Arquivologia, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Arquivos de Arquitetura. 2. Arquivos
Especializados. 3. Documentos Especiais. 4.
Dispersão Documental. 5. Tratamento Arquivístico. I.
Silva, Rita de Cássia Portela da, orient. II. Título.

CLÁUDIA DANIELLA DA SILVA VIEIRA

A PRODUÇÃO DOCUMENTAL E A FORMAÇÃO DOS ARQUIVOS EM
ARQUITETURA E A SUA RELAÇÃO COM A ARQUIVOLOGIA

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, realizado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia pelo Departamento de Ciências da informação
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

Prof^a. Rita de Cássia Portela da Silva – UFRGS

Orientadora

Prof^a. Jeniffer Alves Cuty – UFRGS

Examinadora

Prof. Moisés Rockembach – UFRGS

Examinador

Dedico este trabalho a minha colega Lúcia Andrea N. Oliveira Nunes, que tornou essa insana jornada em algo divertido de se viver, e, com certeza, não teria sido fácil sem sua parceria.

AGRADECIMENTOS

Aos deuses que me permitiram terminar mais essa etapa de minha vida;

Aos professores que contribuíram com seu tempo e conhecimento para minha formação;

À minha orientadora Prof^a. Rita de Cássia pela paciência e desenvoltura de lidar com uma orientanda como eu, que não foi tarefa fácil;

Aos funcionários das bibliotecas, em especial aos da FABICO, pela atenção dada, não só durante este trabalho, mas durante o decorrer do curso;

Às pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho;

E por último, a todos que, de alguma maneira, tentaram me prejudicar, pois me despertaram ainda mais a vontade de continuar.

Pode-se deduzir que nos falta ainda ampliar a difusão da ideia de que os problemas arquivísticos são “doenças” de diversos graus de complexidade, “perfeitamente curáveis”, se receberem o tratamento adequado, feito por profissionais capacitados.

Luis Carlos Lopes 2002, p. 182

RESUMO

Este trabalho realizou-se com a intenção de definir como a Arquitetura trata sua produção documental e como se aplica os princípios arquivísticos em seus acervos; O objetivo geral é compreender a produção documental da Arquitetura e a relação que estabelece com a Arquivologia e seus preceitos arquivísticos, tentando assim, evitar a dispersão documental comum a estes fundos. Temos como objetivos específicos: compreender o que é Arquitetura - do ponto de vista conceitual e seu exercício profissional; entender como ocorre sua produção documental e a aplicação dos princípios arquivísticos nos arquivos de arquitetura. Este trabalho tentou trazer a visão da Arquitetura sobre si, suas atividades e os arquivos que produz. Após, foi feita uma revisão dos conceitos de arquivos especiais e especializados, seguindo pela definição dos princípios aplicados aos documentos arquivísticos, encerrando o capítulo com uma revisão sobre a literatura arquivística escrita sobre o tema. Notou-se a importância da arquitetura como fonte de informação, sendo os arquivos de arquitetura classificados como especiais e especializados. Não há um consenso universal sobre a composição do projeto de arquitetura, porém considera-se mais adequada a visão que amplia as etapas de cinco até sete fases para o tratamento desses acervos documentais. Analisou-se que o arquiteto pode ser autônomo, empregado ou servidor público e o quanto isso influi na composição dos acervos e o tratamento aplicado. Concluiu-se que além da pouca literatura produzida sobre o tema; a falta de políticas de gestão na organização e manutenção dos acervos sob a guarda do ente produtor e o arquivamento inadequado são motivos que contribuem para a perda de informação. Por último, destacou-se a necessidade da criação de um banco de dados de nacional dessas informações (projetos) para o acesso rápido e cruzamento de dados de diferentes fontes.

Palavras-chave: Arquivos de Arquitetura. Princípios Arquivísticos. Tratamento Arquivístico.

ABSTRACT

This work was carried out with the intention of defining how the Architecture treats its documentary production and how the archival principles apply in its collections; The general objective is to understand the documentary production of the Architecture and the relationship it establishes with the Archivology and its archival precepts, trying to avoid the common documentary dispersion to these funds. We have specific objectives: to understand what Architecture is - from a conceptual point of view and its professional practice; understand how their documentary production occurs and the application of archival principles in the archives of architecture. This work tried to bring the vision of Architecture about itself, its activities and the files it produces. Afterwards, a review of the concepts of special and specialized archives was carried out, followed by the definition of the principles applied to archival documents, closing the chapter with a review on the archival literature written on the subject. It was noted the importance of architecture as a source of information, and architecture archives are classified as special and specialized. There is no universal consensus on the composition of the architectural project, but it is considered more appropriate the vision that extends the stages of belt up to seven phases for the treatment of these documentary collections. It was analyzed that the architect can be autonomous, employee or public servant and how much this influences in the composition of the collections and the applied treatment. It was concluded that besides the little literature produced on the subject; the lack of management policies in the organization and maintenance of the collections under the protection of the producer and the inadequate archiving are reasons that contribute to the loss of information. Finally, the need to create a national database of this information (projects) for the quick access and cross-checking of data from different sources was highlighted.

Keywords: Archives of Architecture. Archival Principles. Archival Treatment.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: As etapas do projeto de Arquitetura, de acordo com as etapas do empreendimento e agentes envolvidos	27
FIGURA 2: Modelo do processo de projeto de edificações.....	28
FIGURA 3: Visão geral do processo de projeto proposto por Tzortzopoulos (1999)	29
FIGURA 4: Fluxograma de atividades para etapa de "Acompanhamento de Obra"	30
FIGURA 5: Detalhamento da etapa de “Acompanhamento de Uso”	31
FIGURA 6 - Fluxograma Informacional	65

LISTA SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CEDODAL - Centro de Documentación de Arquitectura Latinoamericana

COBRACON - Comitê Brasileiro da Construção Civil

Confea - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

CREA – Conselho Estadual de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

DBTA - Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

ICA - International Council on Archives

IEB - Instituto de Estudos Brasileiros

IEDS - Instituto de Estudos de Desenvolvimento Sustentável

ISO - International Organization for Standardization

NBR – Norma Brasileira

RELARQ - Rede Latino-Americana de Acervos de Arquitetura e Urbanismo

REDIPAC - Red Iberoamericana de Patrimonio Cultural

RRT – Registro de Responsabilidade Técnica

SAL - Seminário da Arquitetura Latino-Americana

SIPA - Serviço de Informação para o Patrimônio Arquitetônico

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Os autores e as etapas do projeto.....	32
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Objetivos.....	15
1.2 Justificativa	15
1.3 Metodologia.....	16
1.4 Organização do Texto	17
2. OS ARQUIVOS NA PERSPECTIVA DA ARQUITETURA.....	18
2.1 Arquitetura: noções conceituais e o exercício profissional	18
2.2 A produção documental em e pela Arquitetura	24
3. A ARQUIVOLOGIA E OS ARQUIVOS DE ARQUITETURA.....	36
3.1 Um olhar a partir das noções de documentos especiais e arquivos especializados	36
3.2 Princípios arquivísticos que regem a intervenção dos arquivos	39
3.3 A produção teórica em arquivologia relacionada aos arquivos de arquitetura	47
3.4 O interesse pelos arquivos de arquitetura.....	63
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ARQUITETURA, OS ARQUIVOS E A ARQUIVOLOGIA	71
REFERÊNCIAS	76
ANEXO A: Principais grupos de atividades em Arquitetura e Urbanismo segundo a Resolução CAU/BR N° 21.....	82
APENDICE 1: Detalhamento da produção documental nos processos do Fluxograma Informacional	91

1. INTRODUÇÃO

A Arquitetura existe há centenas de anos, pois surgiu quando as pessoas aprenderam a modificar o ambiente para suprir suas necessidades. Vista como arte e manifestação do pensamento, bem como ciência por estar bem definida por regras próprias, é inegável sua importância na história humana.

A produção documental envolvida nas atividades exercidas pelos profissionais da área é vasta e rica em informações relevantes tanto em seu valor primário¹ quanto em seu valor secundário². Apesar disto, é um campo de estudo pouco explorado pela Arquivologia.

Um dos motivos que podem justificar esse escasso envolvimento dos arquivistas na realização de pesquisas e produção de conhecimento acerca destes conjuntos documentais, são as particularidades desses arquivos que podem assumir características de documentos especiais e de arquivos especializados. São acervos de composição diversificada, com formatos de grandes dimensões, com conteúdo, terminologia e linguagem específica; o que resulta em interpretações diferentes na forma como se aplica o tratamento documental desses acervos.

A presente pesquisa contempla a temática da produção documental em Arquitetura, considerando a visão da área e as suas relações com os princípios arquivísticos. Parte da premissa que estes arquivos permitem analisar não só o edifício a que se referem, mas também a concepção, a história da representação gráfica, etapas de construção e seus responsáveis, em tempos e dinâmicas variadas. Estes documentos podem ainda se tornar a única referência das obras demolidas e daquelas que nunca foram executadas.

O interesse pelo tema proposto surgiu da experiência já adquirida alguns anos atrás em curso técnico em Edificações na Escola Técnica Parobé, sendo reforçado no decorrer do curso e se tornou decisivo após frequentar a disciplina de “Arquivos Especializados”.

¹ Entende-se por **valor primário** “para a própria entidade onde se originam os documentos, [...] os documentos nascem do cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado – administrativos, fiscais, legais e executivos.” (SCHELLENBERG, 1973, p.180). Neste sentido está ligado ao uso administrativo, o motivo que originou o documento, ou seja, o período de seu uso para o cumprimento dos fins administrativos, legais ou fiscais.

² Entende-se por **valor secundário** “para outras entidades e utilizadores privados. [...] são preservados em arquivos por apresentarem valores que persistirão por muito tempo ainda depois de cessado seu uso corrente e [...] seus valores serão de interesse para outros que não os utilizadores iniciais” (SCHELLENBERG, 1973, p. 180). Neste sentido, está ligado ao uso para outros fins aos quais foram criados. Adquire valor secundário quando os documentos são considerados fontes de pesquisa e informação para terceiros e/ou para a própria entidade geradora, visto que possui informações úteis para fins de estudo e tomada de decisão.

Nesta direção, o problema de pesquisa aqui apresentado concentra-se no questionamento: como se dá a produção documental decorrente da atuação na área de Arquitetura e qual a sua relação com os princípios arquivísticos?

1.1 Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é estudar como ocorre a produção documental e a formação dos arquivos em Arquitetura, relacionando-a com os preceitos teóricos da Arquivologia.

Em termos específicos, pretende-se:

- compreender os aspectos conceituais da Arquitetura, bem como de seu exercício profissional;
- compreender como ocorre a produção documental em Arquitetura, considerando-se aspectos conceituais e práticos da área;
- observar a aplicação dos princípios arquivísticos em acervos provenientes do exercício da atividade profissional em Arquitetura.

1.2 Justificativa

A pesquisa justifica-se pela contribuição prestada ao aproximar o arquivista, o arquiteto e os arquivos de arquitetura, trazendo uma reflexão sobre o que já foi escrito e uma tentativa de despertar o interesse para os documentos produzidos e acumulados por essa área, na intenção de colaborar com o fortalecimento do conhecimento arquivístico.

A Arquitetura afeta a sociedade de forma política, social e econômica, tanto no tempo presente, alterando a paisagem e o ambiente ao nosso redor, adequando-os a nossa vida cotidiana, levando em conta os aspectos relacionados à qualidade de vida e a sustentabilidade, além de ser um dos ramos mais influente no mercado, quanto no contexto histórico, com seus edifícios tombados resguardando a memória de um tempo que já se foi. A Arquitetura deve usar sua criatividade e conhecimento técnico para encontrar formas que englobem as questões ambientais e assim despertar a consciência para a revalorização da história e a importância do passado para saber como incorporá-lo ao presente e, também ao futuro.

É relevante definir o que são arquivos de arquitetura, quais as suas características e como se compõem na perspectiva da Arquitetura e, a partir disto, observar possíveis relações com a Arquivologia.

Ao abordar estas questões, busca-se contribuir com a discussão sobre o tema na Arquivologia; com a pretensão de também fornecer subsídios para reflexões possíveis de serem construídas na Arquitetura, no que se refere às questões pertinentes a gênese documental. Neste sentido, acredita-se que os resultados aqui apresentados poderão estimular o desejoso diálogo entre as áreas, favorecendo o desenvolvimento de relações interdisciplinares.

1.3 Metodologia

Para consecução dos objetivos propostos foi utilizado o método de abordagem dedutivo, que “tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chega a uma conclusão”. (GIL 1999, p. 9; LAKATOS; MARCONI, 1993, p. 92). Partiu-se da premissa geral de analisar a produção documental na área tanto pela visão da Arquivologia quanto pela da Arquitetura para a premissa particular que foi estabelecer as relações estabelecidas com os princípios arquivísticos.

A pesquisa bibliográfica consiste em partir do “[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. [...] já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas”. (SEVERINO, 2007, p.122). Proporcionou os subsídios necessários à fundamentação teórica da pesquisa, por meio da identificação da literatura estudada, tanto em âmbito nacional quanto estrangeiro, formada por artigos, livros, periódicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e demais pesquisas científicas ligadas ao tema deste estudo exploratório.

Tais referências abordam os assuntos: a Arquitetura e Urbanismo enquanto disciplina e espaço de atuação profissional, os projetos de Arquitetura e as especificidades da produção documental na área, a Arquivologia e os princípios arquivísticos.

Consideramos importante sublinhar a dificuldade na localização de literatura nacional específica sobre os temas diretamente ligados a arquivos de Arquitetura, o que nos levou a complementar com fontes de outros países, recorrendo-se aos autores: Manuel Blanco (2003), Andreu Carrascal Simon e Rosa Maria Gil Tort (2008), João Vieira (2005), Maria Luisa Conde Villaverde (2004; 2010), Esther Cruces Blanco (2004), Ramón Gutiérrez (2001), Gilberto Faria da Silva (2016), Andrée Van Nieuwenhuyusen e David Peyceré (2000), Zulmira Maria Santos Pereira Santos (2003).

Trata-se de um trabalho de natureza básica. Não se pretendeu esgotar o assunto na pesquisa em questão, mas sim trazer mais elementos para esse necessário debate e estabelecer uma base para novos estudos sobre os arquivos, tanto sob a ótica da Arquitetura quanto da Arquivologia.

1.4 Organização do texto

O presente trabalho divide-se em 04 capítulos organizados da seguinte forma:

O Capítulo 01 trata da Introdução do tema, que também expõe os objetivos da pesquisa – gerais e específicos, a justificativa da escolha do tema, a metodologia utilizada e a estruturação da pesquisa.

O Capítulo 02 descreve os arquivos pela perspectiva da Arquitetura, sendo subdividido em duas partes: (1) “A Arquitetura: noções conceituais e o exercício profissional”: conceitua o que é Arquitetura e descreve as atividades do profissional da área; (2) “A produção documental em e pela Arquitetura”: conceitua e caracteriza a produção documental pelo olhar dos autores no campo de Arquitetura;

O Capítulo 03 traz uma revisão dos conceitos de Arquivologia necessários para o desenvolvimento da pesquisa sendo subdividido em quatro partes: (1) “Um olhar a partir das noções de documentos especiais e arquivos especializados”: define o que são cada um e suas características; (2) “Princípios arquivísticos que regem a intervenção dos arquivos”: conceitua e caracteriza os princípios arquivísticos; (3) “A produção teórica em Arquivologia relacionada aos arquivos de Arquitetura”: é feita uma síntese do que foi estudado acerca desse tema pela visão da Arquivologia. (4) “O interesse pelos arquivos de Arquitetura”: trata do interesse pelos arquivistas nessa área e faz a relação entre os arquivos de arquitetura e os princípios arquivísticos e como afeta a forma como são organizados.

Finalizando com o Capítulo 04 que trata as considerações finais do trabalho e sugestão para futuras pesquisas.

2. OS ARQUIVOS NA PERSPECTIVA DA ARQUITETURA

Neste capítulo, procurou-se trazer a visão da Arquitetura sobre si, suas atividades e os arquivos que produz, com suas diferenças e similaridades, principalmente nos aspectos relacionados à temática que envolve essa pesquisa.

2.1 Arquitetura: noções conceituais e o exercício profissional

A Arquitetura pode ser considerada arte por suas formas e contornos e por ser modo de manifestação do pensamento humano. É também classificada como ciência por estar bem definida por regras próprias, e por apresentar uma base de conhecimentos adquirido através de pesquisas respaldadas por métodos científicos que fundamentam práticas sistemáticas. Possui uma dupla natureza: primeiro, serve como instrumento de controle de forma objetiva da definição de espaços construídos e processos construtivos; e segundo, serve como instrumento de investigação, divagação, pesquisa, invenção, criação e – sim, também arte. Para uma noção mais precisa, apresenta-se as definições de Costa (1995), Colin (2000), Pallasma (2011) e Brandão (1999).

Para Costa (1995, p.246), a Arquitetura é “a construção concebida com a intenção de ordenar e organizar plasticamente o espaço, em função de uma determinada época, de um determinado meio, de uma determinada técnica e de um determinado programa”.

De acordo com Colin (2000, p.21),

a Arquitetura pode ser entendida sobre diversos pontos de vista, tais como: edificação, tratamento do espaço, arte entre outros. De forma sucinta e etimologicamente falando, arquiteto significa “grande carpinteiro”, podendo ser relacionado à profissão, produção cultural ou a arte.

Pallasmaa (2011, p.17) afirma que “a Arquitetura é nosso principal instrumento de relação com o espaço e o tempo [...], ela domestica o espaço ilimitado e o tempo infinito, tornando-o tolerável, habitável e compreensível para a humanidade”.

Já para Brandão (1999, p.7),

a Arquitetura é o documento pelo qual os homens gravam sua passagem por sobre a terra e transmitem aos posteriores a visão de mundo, do universo, do absoluto (Deus) e de si próprio que lhes foi peculiar em um determinado momento. Pois um projeto só é projeto de *architecturas* se for também um projeto de poesia, ou seja, nos falar algo a respeito de nós e nosso tempo presente, da maneira pela qual vemos o universo simbólico e físico que nos cerca, do Absoluto diante do qual se depõe a nossa vida e a nossa existência.

O arquiteto é o responsável pela produção documental, percorre diversas áreas do conhecimento, influencia diretamente o ambiente e tem como um dos objetivos facilitar o dia-

a-dia das pessoas. O arquiteto é o equilíbrio entre a lógica objetiva construtiva com a subjetividade da arte. Neste sentido, Romeiro Filho (2004 p. 14) diz que:

com a crescente complexidade dos produtos e dos meios de produção fez-se necessária a descrição em meios físicos do projeto e de sua concepção, que já não estava completo na mente do artesão seu criador. [...] a utilização de desenhos como forma de representação de projetos leva a uma grande facilidade na definição das características finais do produto, como na especificação das dimensões e aspectos formais antes mesmo de sua primeira versão concluída.

Para Kato (2012, p. 32),

os arquitetos quando se referem ao seu trabalho tecem idéias e reflexões pessoais sobre o que fazem o objetivo de seu trabalho – a obra de Arquitetura – ou a Arquitetura enquanto campo de atuação que transita entre ciência, arte e técnica exprimindo idéias que qualificam e orientam o seu fazer.

O exercício profissional em Arquitetura é regulamentado no Brasil desde 1933 pelo Decreto nº 23.569, de 11 de Dezembro de 1933 (disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23569-11-dezembro-1933-503453-publicacaooriginal-1-pe.html>). Ao observar os artigos do citado decreto, o artigo 28, trata das atribuições profissionais dos engenheiros e o artigo 30 trata do campo profissional dos arquitetos:

Art. 28. São da competência do engenheiro civil:

- a) trabalhos topográficos e geodésicos;
- b) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares;
- c) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das estradas de rodagem e de ferro;
- d) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras de captação e abastecimento de água;
- e) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de obras de drenagem e irrigação;
- f) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras destinadas ao aproveitamento de energia e dos trabalhos relativos às máquinas e fábricas;
- g) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras relativas a portos, rios e canais e dos concernentes aos aeroportos;
- h) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras peculiares ao saneamento urbano e rural;
- i) projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo;
- j) a engenharia legal, nos assuntos correlacionados com a especificação das alíneas a a i;
- l) perícias e arbitramentos referentes à matéria das alíneas anteriores.

[...]

Art. 30. Consideram-se da atribuição do arquiteto ou engenheiro-arquiteto:

- a) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares;
- b) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras que tenham caráter essencialmente artístico ou monumental;
- c) o projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo;
- d) o projeto, direção e fiscalização das obras de arquitetura paisagística;
- e) o projeto, direção e fiscalização das obras de grande decoração arquitetônica;
- f) a arquitetura legal, nos assuntos mencionados nas alíneas a e c deste artigo;
- g) perícias e arbitramentos relativos à matéria de que tratam as alíneas anteriores.

De 1933 até 2010 a fiscalização do exercício profissional foi feita pelo Conselho Federal e Conselho Estadual de Engenharia, Arquitetura e Agronomia Confea/CREA.

A falta de entendimento sobre a atribuição profissional na área da Arquitetura e Urbanismo neste período gerou muitos erros de interpretação da legislação da época. Era constante a confusão dos termos projeto arquitetônico e projeto de edificação, reforma e restauro, paisagismo e paisagem arquitetônica.

Em 2010 Foi criado o CAU/BR e a profissão passou a ser regulamentada pela Lei nº 12.378/2010, assim como a fiscalização do exercício profissional passou a ser realizada pelo novo Conselho. Assim, todas as atividades exclusivas dos arquitetos saíram da competência do Confea, e no caso da reforma e restauro, mantiveram as mesmas definições constantes na Decisão Normativa nº 083/2008 do Confea.

De acordo com a Lei Nº 12.378/10 em seu art. 2º, as atividades e atribuições do arquiteto, cuja execução tem como consequência a produção e o acúmulo de documentos, são as seguintes:

- I - supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica;
- II - coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação;
- III - estudo de viabilidade técnica e ambiental;
- IV - assistência técnica, assessoria e consultoria;
- V - direção de obras e de serviço técnico;
- VI - vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem;
- VII - desempenho de cargo e função técnica;
- VIII - treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária;
- IX - desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade;
- X - elaboração de orçamento;
- XI - produção e divulgação técnica especializada; e
- XII - execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico.

Em seus arts. 5º e 6º, a Lei 12.378/10 determina quem pode exercer tais atividades e quais requisitos são exigidos:

Art. 5º- Para uso do título de arquiteto e urbanista e para o exercício das atividades profissionais privativas correspondentes, é obrigatório o registro do profissional no CAU do Estado ou do Distrito Federal.

Parágrafo único. O registro habilita o profissional a atuar em todo o território nacional.

Art. 6º São requisitos para o registro:

I - capacidade civil; e

II - diploma de graduação em Arquitetura e Urbanismo, obtido em instituição de ensino superior oficialmente reconhecida pelo poder público.

Frente ao exposto nos art. 2º, 5º e 6º, evidencia-se a noção de que os documentos decorrentes do trabalho realizado pelo arquiteto constituem-se em arquivos especializados, visto que são produto da aplicação do conhecimento específico de uma área, elaborados por

profissionais devidamente capacitados com atuação legalmente reconhecida, regulamentada e acompanhada.

Ainda nesta direção, o Manual do Arquiteto e Urbanista (CAU/BR, 2016, p. 28) define que:

ao realizar qualquer atividade profissional, o arquiteto e urbanista deve fazer o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT). É o instrumento que a sociedade tem para garantir que serviços técnicos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil sejam realizados apenas por profissionais devidamente habilitados. [...] arquitetos e urbanistas devem documentar sua responsabilidade técnica pelos serviços que assumem. É uma proteção à sociedade e ao arquiteto e urbanista, fornecendo segurança técnica e jurídica para quem contrata e para quem é contratado.

Mais detalhadamente no que se refere às particularidades da atuação do arquiteto, a Resolução CAU/BR Nº 21 define sete principais grupos de atividades (anexo 1) em Arquitetura e Urbanismo:

1. Projeto;
2. Execução;
3. Gestão;
4. Meio Ambiente e Planejamento Regional e Urbano;
5. Ensino e Pesquisa;
6. Atividades Especiais (laudos, vistorias, perícias, consultorias e assistência técnica, entre outros);
7. Engenharia de Segurança do Trabalho (apenas para especialistas na área).

Esses grupos mostram o quanto é vasta e ampla a atuação do profissional e como pode ser diversa e variada sua produção documental, sendo necessário sempre fazer um estudo prévio e aprofundado sobre o assunto.

Outro fator importante destacado no Manual do Arquiteto e Urbanista (CAU/BR, 2016, p. 36) é que “as relações de trabalho podem ser diferenciadas em dois tipos principais: o emprego (subordinado) e a prestação de serviços (autônomo)”.

As leis que regulamentam essas relações, seus direitos e deveres são as seguintes:

- **Empregado:** Os empregados estão presentes nas instituições de direito privado, inclusive em empresas públicas e sociedades de economia mista. São regulados pela Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943) e legislação correlata (Lei nº 4950- A/1966). Aos empregados também se aplicam os acordos e as negociações coletivas de trabalho. No âmbito do CAU/BR, aplica-se a Resolução nº 38/2012.
- **Servidor público:** Servidores públicos são os que mantêm vínculo de trabalho profissional com os órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica ou fundacional. São regidos por regimes jurídicos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. Na União, por exemplo, a lei que regula o serviço público é a 8112/1990.
- **Prestador de Serviços:** São chamados de prestadores de serviços os profissionais autônomos. A regulação dessa modalidade de trabalho está prevista no Código Civil – Arts. 593 a 609 e Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/1990, Art. 3º, §2º). (CAU/BR, 2016, p. 36).

Essas peculiaridades podem alterar a configuração dos arquivos tornando-os diferentes entre si, pois o acervo produzido por um arquiteto autônomo (prestador de serviços) poderá ter uma constituição diferente do produzido em um escritório (empregado) ou de outro ligado a um órgão público (servidor público).

Independentemente da relação de trabalho estabelecida, o art. 12º da Lei 12.378/10 determina que “o acervo técnico constitui propriedade do profissional arquiteto e urbanista e é composto por todas as atividades por ele desenvolvidas, conforme discriminado nos arts. 2º e 3º, resguardando-se a legislação do Direito Autoral”. Para que seja comprovada a autoria ou participação do arquiteto na formação de acervo técnico, o art. 13º da referida Lei afirma que o profissional deve “registrar seus projetos e demais trabalhos técnicos ou de criação no CAU do ente da Federação onde atue”.

O art. 15 da Lei 12.378/10 garante a aplicação do projeto de acordo com o que foi criado pelo arquiteto ao determinar que:

aquele que implantar ou executar projeto ou qualquer trabalho técnico de criação ou de autoria de arquiteto e urbanista deve fazê-lo de acordo com as especificações e o detalhamento constante do trabalho, salvo autorização em contrário, por escrito, do autor.

E no artigo 16 (Lei 12.378/10), resguarda a integridade do projeto ao estabelecer que:

alterações em trabalho de autoria de arquiteto e urbanista, tanto em projeto como em obra dele resultante, somente poderão ser feitas mediante consentimento por escrito da pessoa natural, titular dos direitos autorais, salvo pactuação em contrário.

A necessidade de manter o acervo técnico organizado se faz necessário para evitar as infrações do art. 18 da Lei 12.378/10 que são:

Art. 18. Constituem infrações disciplinares, além de outras definidas pelo Código de Ética e Disciplina:

I - registrar projeto ou trabalho técnico ou de criação no CAU, para fins de comprovação de direitos autorais e formação de acervo técnico, que não haja sido efetivamente concebido, desenvolvido ou elaborado por quem requerer o registro;

II - reproduzir projeto ou trabalho técnico ou de criação, de autoria de terceiros, sem a devida autorização do detentor dos direitos autorais;

[..]

VIII - deixar de informar, em documento ou peça de comunicação dirigida a cliente, ao público em geral, ao CAU/BR ou aos CAUs, os dados exigidos nos termos desta Lei;

IX - deixar de observar as normas legais e técnicas pertinentes na execução de atividades de Arquitetura e urbanismo.

As normas da ABNT não possuem força de lei, mas são utilizadas como referências oficiais em casos de disputas judiciais, por esse motivo, são aplicadas pelos arquitetos e urbanistas ao prestarem seus serviços. O Código de Defesa do Consumidor, na Seção IV, “Das Práticas Abusivas”, Artigo 39, reforça esse ponto ao determinar que:

é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços: colocar no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Conmetro.

Neste sentido, é possível observar que existem outras normas aplicadas à Arquitetura, além das estabelecidas por entidades de classe e associações profissionais, das quais citamos as Normas Brasileiras aprovadas pela ABNT que seguem:

- NBR 6492 - Representação de projetos de Arquitetura (1994).
- NBR 5670 - Seleção e contratação de serviços e obras de engenharia e Arquitetura de natureza privada. (1977).
- NBR 5671 - Participação dos intervenientes em serviços e obras de engenharia e Arquitetura. (1990), cancelada sem substituição em novembro de 2008.
- NBR 13531 - Elaboração de projetos de edificações – atividades técnicas (1995). Esta norma cancela e substitui a NBR 5679. Esta norma fixa as atividades técnicas de projeto de Arquitetura e engenharia, exigíveis para a construção de edificações.
- NBR 13532 - Elaboração de projetos de edificações – Arquitetura. (1995). Esta norma cancela e substitui a NBR 5679. Esta norma é complementar à NBR 13531 e fixa as condições exigíveis para a elaboração de projetos de Arquitetura.
- NBR 15575 – Edificações Habitacionais – Desempenho. (2013) - dividida em seis partes: (1) requisitos gerais; (2) sistemas de estrutura, (3) de pisos, (4) de vedações verticais, (5) de coberturas e (6) sistemas hidrossanitários.
- NBR 16820 – Reforma em edificações – Sistema de Gestão de Reformas – Requisitos. (2015).
- NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. (2015).
- NBR ISO 10006 – Gestão da Qualidade – diretrizes para a qualidade no gerenciamento de projetos.

Assim, conclui-se quais são as noções conceituais da Arquitetura, bem como as atribuições e atividades do Arquiteto em seu exercício profissional.

2.2 A produção documental em e pela Arquitetura

Os documentos arquitetônicos são compostos de vários gêneros de documentos, porém, ao se aprofundar na literatura arquivística, constata-se uma ênfase dada a um único tipo/espécie de documento, a planta, e em alguns casos, mostrando total desconhecimento sobre esses acervos em sua totalidade.

Na literatura de Arquitetura, faz-se uma linha de tempo entre alguns autores conhecidos sobre a composição do projeto de Arquitetura.

Para Albernaz (2000, p. 520), “o projeto de Arquitetura no Brasil em geral se subdivide em três fases: estudo preliminar, anteprojeto e projeto de execução”.

Baseada nas normas da ABNT, Patrícia Ferreira (2008, p. 5) descreve o projeto de Arquitetura em quatro fases: estudo preliminar; anteprojeto; projeto de execução e projeto como construído. Para a autora, a cada fase, o número de documentos fica cada vez mais crescente e detalhado, nos quais alguns desenhos seriam apenas para fins de estudo (temporários), destinados à apresentação ao cliente; e os para os órgãos de aprovação pública (documentos definitivos).

De acordo com Melhado (1994), as etapas do processo do projeto de Arquitetura são compostas na seguinte ordem: idealização; estudo preliminar, anteprojeto, projeto legal, projeto para produção; acompanhamento do planejamento e execução; retroalimentação a partir da entrega e uso do produto.

A norma NBR-13531 - Elaboração de Projetos de Edificações – Arquitetura (ABNT, 1995) especifica que as etapas de execução da atividade técnica do projeto de Arquitetura são as seguintes: Levantamento; programa de necessidades; estudo de viabilidade; estudo preliminar; anteprojeto, projeto legal; projeto para execução, acompanhamento de obra, acompanhamento de uso.

Tzortzopoulos (1999) define as etapas do processo do projeto de Arquitetura como: planejamento, concepção e empreendimento; estudo preliminar; anteprojeto; projeto legal; projeto executivo; acompanhamento de obra e acompanhamento de uso.

Rodríguez e Heineck (2002) consideram as etapas do projeto de Arquitetura em planejamento, concepção e empreendimento; estudo preliminar, anteprojeto, projeto legal; projeto executivo e acompanhamento de uso.

A Revista Projeto reforça essa classificação, pois publicou um documento básico, chamado de Normas para Elaboração de Projetos de Edificações – Arquitetura – Procedimento, no qual o projeto arquitetônico estaria dividido nas seguintes etapas:

levantamentos; programa de necessidades; estudo de viabilidade; estudo preliminar; anteprojeto; projeto legal; projeto básico e projeto para execução. (DOCUMENTO, 1989)

A NBR 13532, que complementa a NBR-13531, estabelece 7 etapas para elaboração de um projeto, discriminando os documentos produzidos em cada uma delas. A **primeira etapa é o levantamento de dados para Arquitetura**, e compreende a produção de: desenhos - (cadastrais da vizinhança do terreno e das edificações existentes), plantas, cortes e elevações (escalas existentes ou convenientes); textos (relatórios); e fotografias – preferencialmente coloridas como indicação esquemática dos pontos de vista e com textos explicativos.

A **segunda etapa é o Programa de necessidades de Arquitetura**, compreendendo a produção de: desenhos - organograma funcional e esquemas básicos (escalas convenientes); textos (memorial de recomendações gerais); planilhas (relação ambiente/usuários/atividades e equipamentos/mobiliário), incluindo características, exigências, dimensões e quantidades.

A **terceira etapa é o Estudo de viabilidade de Arquitetura** e compreende a produção de: desenhos - esquemas gráficos, diagramas e histogramas (escalas convenientes); textos (relatórios) e outros meios de representação.

A **quarta etapa é o Estudo preliminar de Arquitetura**, compreendendo a produção de: desenhos – planta geral de implantação, plantas dos pavimentos, plantas da cobertura, cortes (longitudinais e transversais), elevações (fachadas), detalhes construtivos; textos – memorial justificativo, perspectivas; maquetes; fotografias – diapositivos, microfilmes e montagens; Recursos audiovisuais.

A **quarta etapa é o Anteprojeto de Arquitetura** e compreende a produção de: desenhos – planta geral de implantação, planta de terraplanagem, cortes de terraplanagem, plantas de cobertura, cortes (longitudinais e transversais), elevações (fachadas), detalhes (de elementos da edificação e de seus componentes construtivos); textos – memorial descritivo da edificação, memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais.

A **quinta etapa é Projeto legal de Arquitetura** e compreende a produção de: desenhos - e textos exigidos em leis, decretos, portarias ou normas e relativos aos diversos órgãos públicos ou companhias concessionárias de serviços nos quais o projeto legal deva ser submetido para análise e aprovação.

A **sexta e a sétima etapa são respectivamente o Projeto básico e Projeto de execução** em que são apresentados os mesmos documentos: desenhos – planta geral de implantação, planta de terraplanagem, cortes de terraplanagem, planta das coberturas, cortes (longitudinais e transversais), elevações (frontais, posteriores e laterais), plantas, cortes e

elevações de ambientes especiais (banheiros, cozinhas, lavatórios, oficinas e lavanderias), detalhes: plantas, cortes, elevações e perspectivas de elementos de edificação e de seus componentes construtivos (portas, janelas, bancadas, grades, forros, beirais, parapeitos, revestimentos e seus encontros, impermeabilizações e proteções); textos – memorial descritivo da edificação, das instalações prediais (aspectos arquitetônicos) dos componentes construtivos e dos materiais de construção; perspectivas; maquetes; fotografias.

Melhado (1994, p. 185-187) apresenta as etapas do projeto, considerando sua relação com os agentes envolvidos e as etapas do empreendimento (FIGURA 2) e descrita a seguir.

A idealização do produto ocorre a partir da criação de uma primeira solução que atenda a uma série de necessidades e restrições iniciais colocadas (programa de necessidades).

Na etapa de análise de viabilidade a solução inicial é avaliada segundo critérios estabelecidos previamente, contemplando aspectos de custo, tecnologia, adequação ao usuário e as restrições legais correspondentes; o processo é iterativo até que seja encontrada a solução definitiva, a qual será traduzida em um estudo preliminar que servirá de ponto de partida para o desenvolvimento do projeto;

Na etapa de formalização do produto a solução adotada toma forma, resultando ao final dessa etapa no nível de anteprojeto. A partir daí, inicia-se a fase de detalhamento onde são elaborados, conjunta e interativamente, o detalhamento final do produto (que resulta no projeto executivo) e a análise das necessidades vinculadas aos processos de execução, esta última dando origem ao projeto para a produção.

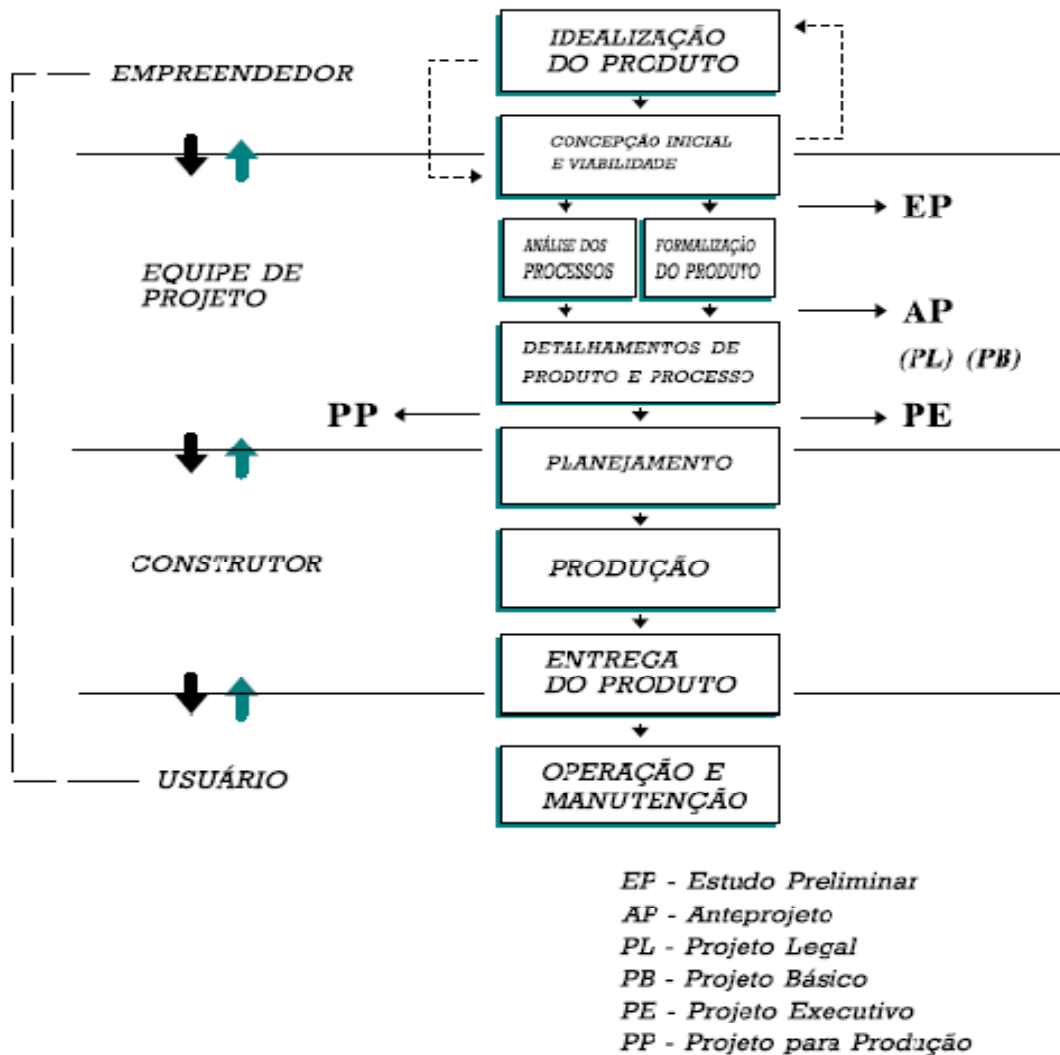
Na fase de planejamento e execução faz-se o planejamento das etapas de execução da obra, a qual passa a ser conduzida dentro dos procedimentos da empresa e com a assistência da equipe de projeto durante todo o período.

E por fim, a fase de entrega do produto final (edifício) ao usuário, que terá a assistência técnica da construtora na fase inicial de uso, operação e manutenção, onde serão coletadas informações para a retroalimentação necessária a melhoria contínua do processo.

Para Melhado (1994, p. 187) “os elementos [...] do detalhamento diferenciam-se em sua finalidade, distinguindo-se: um conjunto de informações a ser utilizado para fins de orçamento e contratação; e outro destinado à utilização pelo pessoal de produção em obra”.

Neste modelo, o autor considera que sejam formadas equipes multidisciplinares de desenvolvimento de projetos, compostas por um representante do empreendedor, pelo arquiteto, engenheiro de estruturas, engenheiro de sistemas prediais, grupo do projeto para produção e consultores especializados, e toda a equipe deve seguir as orientações do coordenador do projeto (p. 187-188).

FIGURA 1: As etapas do projeto de Arquitetura, de acordo com as etapas do empreendimento e agentes envolvidos

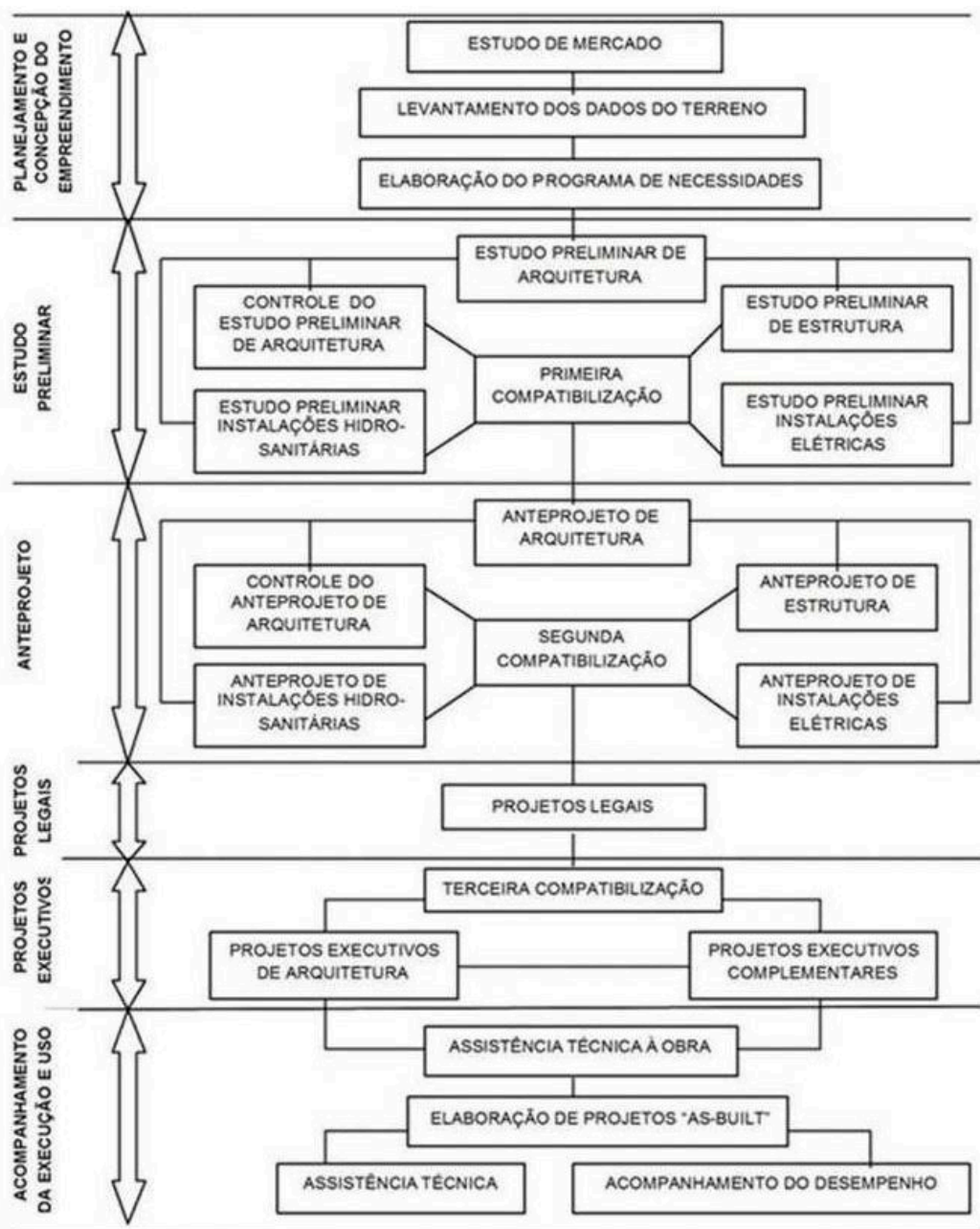


Fonte: Melhado (1994, p. 186)

Rodríguez e Heineck (2002, p. 3) apresentam na Figura 1 as atividades que integram o processo de elaboração do projeto arquitetônico. De acordo com os autores o fluxo de trabalho compreende as fases de: (1) planejamento e concepção do empreendimento - composto pelo estudo de mercado, levantamento dos dados do terreno e elaboração do programa de necessidades; (2) estudo preliminar - composto pelo estudo preliminar de Arquitetura, controle do estudo preliminar de Arquitetura, estudo preliminar de estrutura, estudo preliminar de instalações hidro-sanitárias, estudo preliminar de instalações elétricas e primeira compatibilização; (3) anteprojeto – composto pelo anteprojeto de Arquitetura, controle do anteprojeto de Arquitetura, anteprojeto de estrutura, anteprojeto de instalações

hidro-sanitárias, anteprojeto de instalações elétricas e segunda compatibilização; (4) projetos legais; (5) projetos executivos – composto pela terceira compatibilização, projetos executivos de Arquitetura e projetos executivos complementares; (6) acompanhamento da execução e uso – composto pela assistência técnica à obra, elaboração de projetos ‘as-built’, assistência técnica e acompanhamento de desempenho.

FIGURA 2: Modelo do processo de projeto de edificações

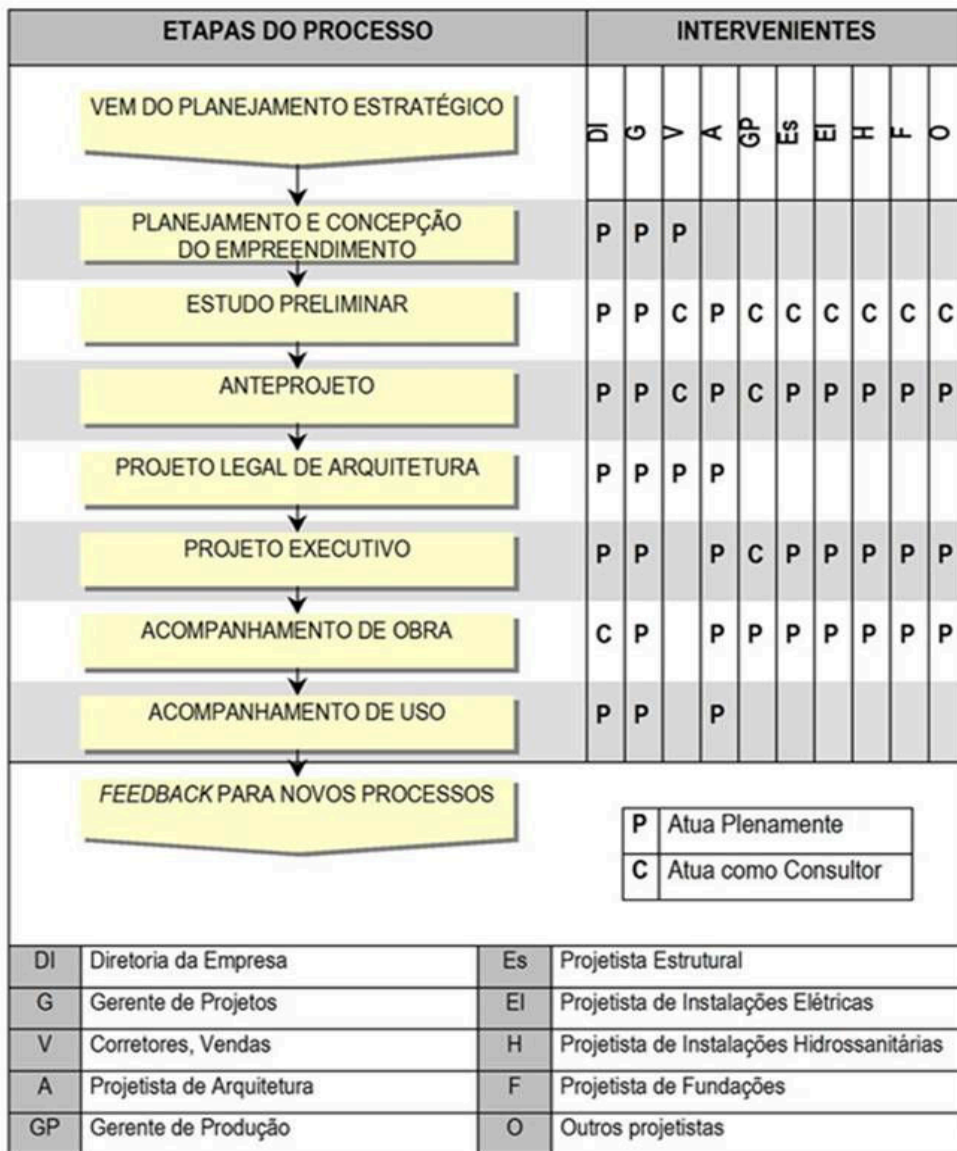


Fonte: Rodríguez e Heineck (2002, p. 3)

O trabalho de Tzortzopoulos (1999) demonstra um modelo geral do processo de projeto de edificações, descrevendo com o uso de fluxogramas, suas principais atividades e relações, bem como os papéis e responsabilidades dos principais intervenientes do processo.

De acordo com a Figura 3, o modelo de projeto descrito pela autora é dividido em sete etapas sequenciais, sendo as quatro primeiras voltadas à concepção geral da edificação; a quinta é responsável pelo detalhamento do projeto e à elaboração dos projetos de produção; e, as duas últimas destinam à retroalimentação do processo partindo da obra e da utilização pelo usuário final.

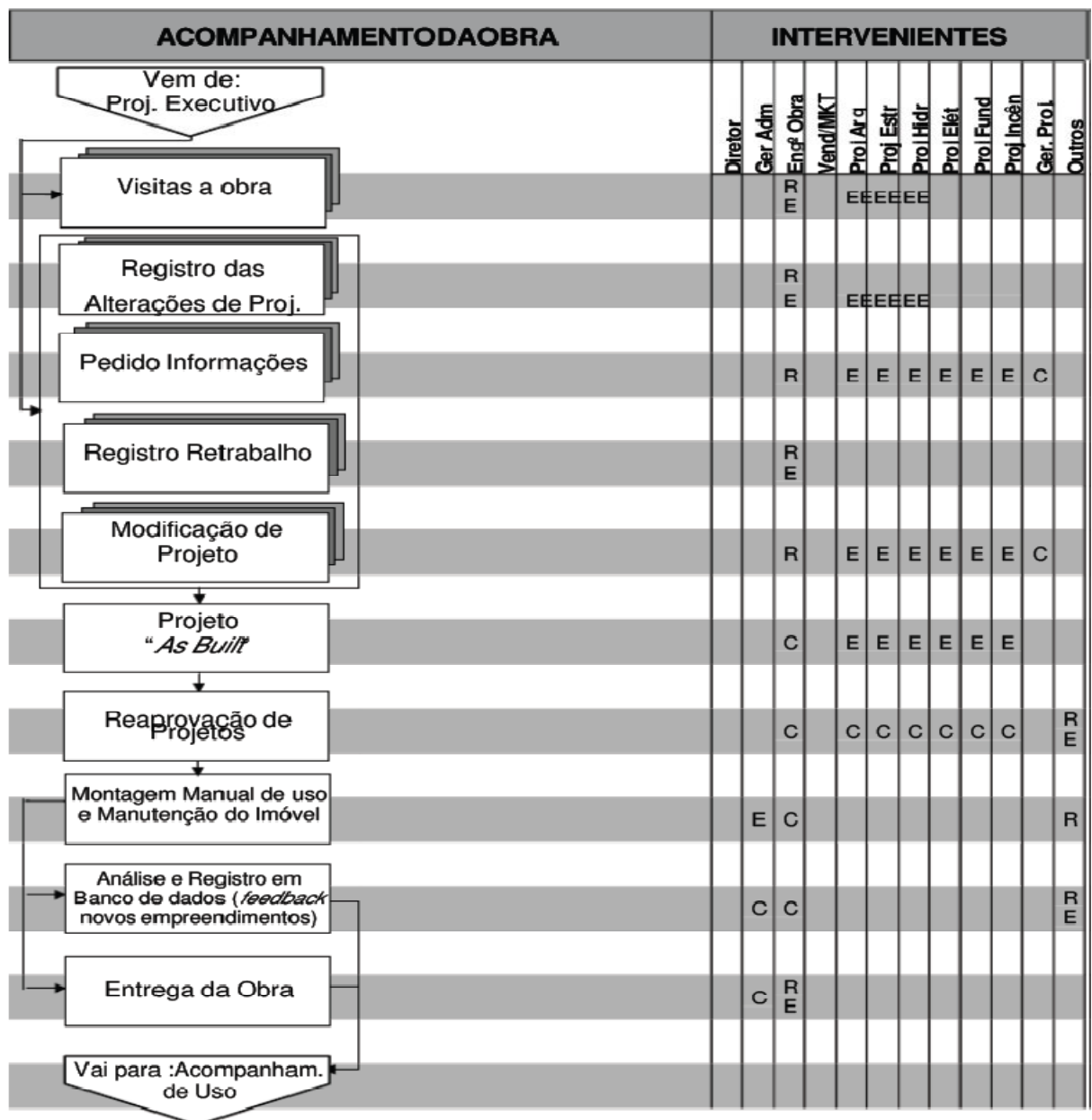
FIGURA 3: Visão geral do processo de projeto proposto por Tzortzopoulos (1999)



Fonte: Tzortzopoulos (1999, p. 90)

Tzortzopoulos (1999) ainda detalha, conforme apresentado na Figura 4, o acompanhamento da obra que engloba o acompanhamento técnico por parte dos profissionais da área de projeto da execução da obra, a avaliação do projeto por parte do setor de produção, as atividades relacionadas à entrega física da obra, os registros de modificações de projeto e a elaboração do projeto “as built”³.

Figura 4: Fluxograma de atividades para etapa de “Acompanhamento de Obra”

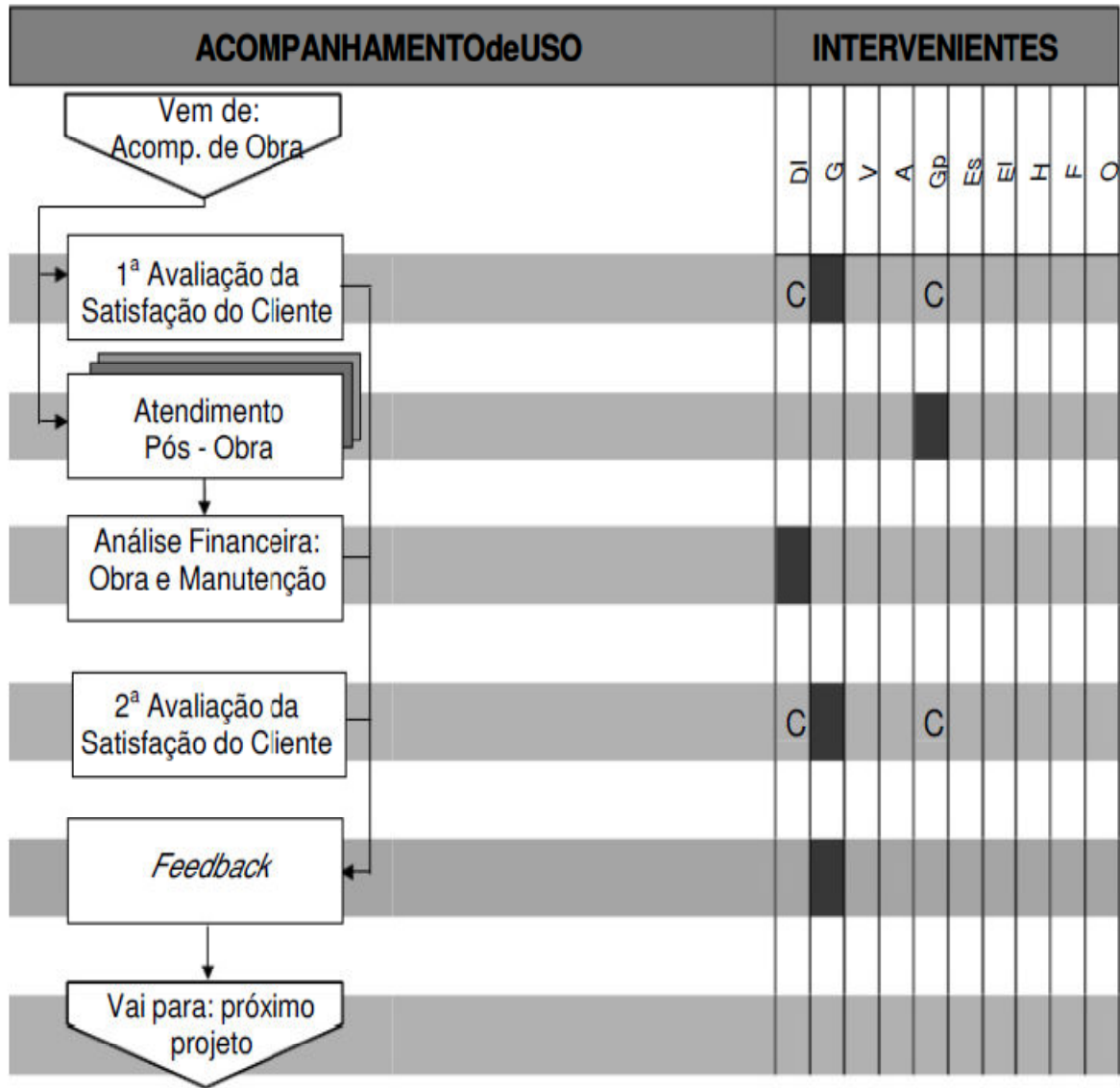


Fonte: Tzortzopoulos (1999, p. 128)

³ Projeto “As Built” regulado pela ABNT – NBR 14645-1 Elaboração do “como construído” (as built) para edificação.

Tzortzopoulos (1999) ainda diz que na etapa de acompanhamento de uso “realiza-se a avaliação do desempenho da edificação construída com relação à satisfação do cliente final, e também a avaliação dos resultados financeiros do empreendimento, considerando os problemas de manutenção e reparos ocorridos”, conforme demonstrado na Figura a seguir:

Figura 5: Detalhamento da etapa de “Acompanhamento de Uso”



Fonte: Tzortzopoulos (1999, p. 132)

Diante do exposto, apresenta-se no Quadro 1 um a síntese das etapas de trabalho que constituem o processo de elaboração do projeto arquitetônico, proporcionando uma noção precisa acerca das concepções teóricas relacionadas ao tema.

QUADRO 1: Os autores e as etapas do projeto

AUTORES	ETAPAS				
ALBERNAZ (2000)		Estudo Preliminar	Anteprojeto	Projeto de Execução	
FERREIRA (2008)		Estudo Preliminar	Anteprojeto	Projeto de execução	Projeto como construído
MELHADO (1994)	Idealização	Estudo Preliminar	Anteprojeto	Projeto legal; Projeto para produção; Acompanhamento do planejamento e execução.	Retroalimentação a partir da entrega e Uso do produto.
NBR-13531 (1995)	Levantamento, Programa de necessidades; Estudo de viabilidade	Estudo Preliminar	Anteprojeto	Projeto legal; Projeto de Execução;	Acompanhamento de obra. Acompanhamento de uso.
TZORTZOPOULOS (1999)	Planejamento, concepção e empreendimento	Estudo Preliminar	Anteprojeto	Projeto Legal; Projeto Executivo	Acompanhamento de obra e Acompanhamento de uso
Rodríguez e Heineck (2002)	Planejamento, concepção e empreendimento	Estudo Preliminar	Anteprojeto	Projeto Legal, Projeto Executivo	Acompanhamento de uso
Revista Projeto (1989)	Levantamentos, Programa de necessidades, Estudo de viabilidade	Estudo Preliminar	Anteprojeto	Projeto Legal, Projeto Básico e Projeto para Execução	

Fonte: elaboração própria, desenvolvido a partir da leitura e estudo dos autores

Pode-se observar que as etapas estudo preliminar e anteprojeto são mencionadas por todos os autores; o projeto de execução está presente em todos, mas apresenta nomenclatura diferente ou subdivide-se em mais de uma etapa. Porém, não há um consenso que aponte para um modelo exatamente único para o mapeamento do processo de elaboração de projetos arquitetônicos.

Reforça-se esse ponto ao dizer que:

Um aspecto interessante da atividade de projeto é justamente a quantidade de teorias, metodologias, manuais de procedimentos e técnicas das mais diversas da qual foi objeto historicamente. [...] embora partes do processo de produção do projeto possam estar sujeitas a uma sequência de procedimentos, o processo inteiro jamais poderá se enquadrar neste modelo, e, portanto, as metodologias não se sustentam enquanto sistemas universais [...] (BISELLI 2011, p. 1).

O ato de projetar um edifício, nas palavras de Neves (1998, p. 9) é a “criação que nasce na mente do projetista. É fruto da imaginação criadora, da sensibilidade do autor, de sua percepção e intuição próprias. [...] algo de difícil controle, interferência e ordenamento”.

O projeto é um produto da aplicação da lógica do arquiteto diante das informações adquiridas para sua elaboração, devendo haver um equilíbrio entre a lógica objetiva

construtiva e a subjetividade da arte. O modo como cada arquiteto trabalha para elaborar seu projeto é sempre particular e pessoal, o que nos remete a um termo comum ao campo da Arquitetura: o Partido Arquitetônico.

Denomina-se Partido Arquitetônico a idéia preliminar do edifício projetado. Idealizar um projeto requer, pelo menos, dois procedimentos: um em que o projetista toma a resolução de escolha dentre inúmeras alternativas, de uma idéia que deverá servir de base ao projeto do edifício do tema proposto; e outro em que a idéia escolhida é desenvolvida para resultar no projeto. É do primeiro procedimento, o da escolha da idéia, que resulta o partido, a concepção inicial do projeto do edifício, a feitura do seu esboço (NEVES 1998, P. 15).

Para Oliveira (2015), ao fazer uma comparação entre os projetos de Le Corbusier e Lúcio Costa para a Cidade Universitária do Rio de Janeiro em 1939, assim define o Partido Arquitetônico:

[Para Lúcio Costa] ... ao contrário, tomar partido implica dar início a um percurso inventivo que se traça sobre um campo de relações em constante formação e renovação, ainda que aos tateios e sujeito a inúmeros e imprevisíveis retornos e desvios. Tais relações simultaneamente externas e internas ao objeto projetado implicam a construção de correspondências entre formas e conteúdos, organizando-se progressivamente em esquemas que conectam partes antes separadas. Este dinamismo atribui à construção do partido um sentido eminentemente operativo, antecipador das configurações compositivas que conduzirão à finalização do projeto. (OLIVEIRA, 2015, p. 22)

O Partido Arquitetônico é “a idéia inicial de um projeto, [...] é uma criação autoral e inventiva com base na coerência e na lógica funcional, [...] uma prefiguração do projeto, faz da projeção um processo que vai do todo em direção à parte” (BISELLI 2011, pg. 4).

Diante o exposto, deve-se considerar

que não existe um modelo único capaz de determinar as características essenciais do processo de projeto de Arquitetura; porém, há uma tendência a tratá-lo de maneira sistêmica, estabelecendo interfaces com os demais agentes envolvidos e com as fases do empreendimento; ainda que algumas normas e documentos técnicos normativos não demonstrem essa visão claramente (BERTEZINI 2006, pg. 42).

Nessa direção, pode-se afirmar que na Arquitetura o projeto é em si um agregador de documentos eletrônicos e/ou convencionais; composto de uma diversidade de espécies documentais, tais como: fotografias, impressões, memoriais descritivos, planilhas, listas, apontamentos, desenhos técnicos, documentos comprobatórios do exercício profissional, etc. Tais documentos reúnem informações substanciais, do ponto de vista da gestão do empreendimento e/ou organização que deu origem a sua elaboração, dos profissionais que nela atuaram, e à obra arquitetônica em si através dos tempos. Isso nos leva a questão levantada por Abreu (2008), ao estudar a retroalimentação de projetos através das práticas de empresas no ramo da construção civil, afirmando que

a criação e a implantação de processos que promovam geração, armazenamento, gerenciamento e disseminação do conhecimento representam o mais novo desafio a

ser enfrentado pelas empresas, pois permitirão, entre outras informações, que se saiba o que foi ou não combinado com o cliente; o que deu certo ou errado em um projeto; o que foi decidido e o porquê da especificação de um produto; e que procedimentos valem ou quais deixam de valer (ABREU, 2008, p. 39).

Quando se elabora o projeto de Arquitetura, vários profissionais participam e influenciam em seus processos, com intuito de melhorar tanto o planejamento quanto a produção, o que faz ser vital o registro das informações e mudanças feitas para poder reaproveitar e/ou melhorar os próximos projetos.

Ao elaborar o projeto de edificações, o processo requer:

ser capaz de lidar com um número extraordinariamente amplo de problemas. Decisões devem ser tomadas em relação ao layout, forma, aparência, materiais a serem utilizados, tecnologias e métodos de construção, além de muitos outros fatores, a fim de satisfazer as necessidades tanto do empreendedor quanto do cliente final, bem como as exigências da legislação, considerando-se ainda aspectos como construtibilidade, racionalização e outros (ABREU 2008, p.47).

Nesse ambiente complexo se cria uma vasta gama de possibilidades para desentendimentos, modificações não informadas, imprevistos, informações repassadas a apenas algumas das partes interessadas entre outros problemas. Por isto a autora reforça a idéia de que

muito esforço deve ser dedicado ao encorajamento da integração entre as partes envolvidas através do uso de metodologias e sistemas de gerenciamento da informação que possibilitem o desenvolvimento de métodos de coleta, avaliação, verificação, processamento e associação de dados, com o objetivo de prestar suporte à tomada de decisões na fase de projeto, ou seja, um sistema de retroalimentação (feedback) de projetos (ABREU, 2008, p.47-48).

No que se refere à retroalimentação das experiências vivenciadas em obra para o processo de projeto, Melhado (1994, p. 119) afirma que “poucas empresas preocupam-se em analisá-las, gerando subsídios para novos projetos similares”.

Para Bertezini (2006, p. 28), “o feedback proposto ao final do modelo retroalimenta o sistema por meio da coleta e análise de dados durante todo o processo e da transmissão dessas informações a todos os agentes envolvidos”

A autora segue destacando:

a necessidade da criação de um banco de dados com informações a respeito das boas e más práticas de projeto, coletadas durante seu desenvolvimento e nas etapas de obra e uso do edifício, uma vez que os referidos dados podem ser importantes para definições de projetos futuros. (BERTEZINI 2006, p. 28)

Note-se que Melhado (2001) e Bertezini (2006) apoiam as constatações do estudo de Abreu (2008), especialmente quando a autora afirma que

a retroalimentação do processo de projeto é um item de extrema importância, já que possibilita a geração de informações que, se registradas e manipuladas de maneira eficiente e eficaz, servirão de subsídios importantíssimos para a evolução da qualidade dos projetos futuros (ABREU, 2008, p. 83).

O produto final do projeto, a construção finalizada, possui um ciclo de vida longo, o que deve ser considerado em suas diversas etapas de desenvolvimento, tais como a concepção, a promoção, o projeto, a produção, o uso, a manutenção, o descarte e a reabilitação. Uma vez elaborado o projeto arquitetônico, é vital criar bancos de dados com registros das avaliações de satisfação dos clientes, dos orçamentos apresentados, dos custos e das solicitações de manutenção utilizadas naquele projeto, para assim poder gerir projetos futuros de forma mais eficiente.

3. A ARQUIVOLOGIA E OS ARQUIVOS DE ARQUITETURA

Neste capítulo, procurou-se trazer a visão da Arquivologia sobre a Arquitetura, suas atividades e os arquivos que produz, descrevendo conceitos necessários para o desenvolvimento da pesquisa, assim como o que já foi escrito na literatura arquivística sobre esses acervos e seu interesse nesse campo de atuação.

3.1 Um olhar a partir das noções de documentos especiais e arquivos especializados

Lopes (2000, p. 33) nos chama a atenção “para os fatos dos arquivos *não serem apenas papéis com texto*, não serem apenas públicos, mas também privados, não consistirem somente em documentos do passado, mas também informações do e sobre o presente”. (grifo nosso).

Nas palavras de Paes (1997) há uma idéia equivocada de que os arquivistas lidam apenas com documentos administrativos (convencionais) tais como correspondências, memorandos, processos, etc., enquanto os outros documentos como relatórios técnicos, planos de trabalho, projetos, desenhos, plantas entre outros, que geralmente são nomeados de forma inadequada de arquivos técnicos, são encaminhados a bibliotecas, centros de documentação, serviços audiovisuais etc.

Ao falar de arquivos de Arquitetura, deve-se ter em mente que os documentos que compõem os arquivos não são apenas convencionais, o que permitem serem classificados segundo seu gênero, sua espécie e a natureza do seu assunto.

Em concordância com esse pensamento, Luts e Somavilla (2016, p. 860-861), definem que os documentos arquivísticos

podem possuir diversos formatos e podem estar contidos em diversos suportes. [...] são classificados, segundo a natureza dos documentos que contém, como arquivos especializados, [...] também são arquivos especiais, já que plantas e projetos de Engenharia e Arquitetura possuem características de forma e suporte específicas que requerem tratamento, acondicionamento e condições de acesso e uso também específicos

Em sua obra, Paes (1997) demonstrou sua preocupação com o fato das noções dominantes de arquivo se confundirem ora com a forma física dos documentos, ora com sua finalidade e reforçou essa classificação ao destacar que uma comissão especial foi constituída durante o 1º Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado no Rio de Janeiro, em 1972 para “estabelecer e incluir no programa do curso dois novos conceitos de arquivo, que refletem características peculiares à natureza dos documentos. São eles: arquivo especial e arquivo especializado” (p. 22).

Os arquivos especiais e arquivos especializados são diferentes, para Lutz e Somavilla (2016, p. 860) “o arquivo especial é composto de documentos arquivísticos de gêneros diferentes do textual, como o arquivo audiovisual, iconográfico, cartográfico, dependendo do auxílio de uma tecnologia para que o conteúdo seja acessado”.

O arquivo especializado “pode reunir vários gêneros documentais, mas referentes a um único assunto, como os arquivos médicos, de engenharia e Arquitetura, que reúnem documentos cartográficos, iconográficos e textuais”. (LUTZ E SOMAVILLA 2016, p. 860).

Sendo os arquivos de Arquitetura, especializados e especiais, cabe definir o que são cada um. Assim, Paes (1997, p. 22) chama de

arquivo especial aquele que tem sob sua guarda documentos de formas físicas diversas – fotografias, discos, fitas, clichês, microformas, slides, disquetes, CD-ROM – e que, por essa razão merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle, conservação, etc.

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 75), publicado pelo Arquivo Nacional, não consta o termo arquivo especial, mas sim documento especial que o define como um documento

em linguagem não textual, em suporte não convencional, ou, no caso de papel, em formato e dimensões excepcionais, que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação, e cujo acesso depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica.

Para Cervantes, os tipos possíveis de documentos especiais são:

Aqueles que apresentam uma ou ambas das seguintes características: a) a linguagem que empregam para transmitir a informação é distinta da textual, podendo ser iconográfico, sonoro ou audiovisual; b) o suporte em que se apresentam é distinto do papel. Mesmo sendo de igual material, seu formato varia aos que usualmente se encontram nos arquivos, exigindo condições particulares para sua guarda. (CERVANTES, 2008, p. 56, tradução nossa).

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, documentação especial é a “documentação composta por gêneros documentais não textuais”. (CAMARGO E BELLOTTO, 1996, p. 27).

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (CUNHA e CAVALCANTI, 2008, p. 134) utiliza o termo documento especial com a mesma definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL 2005, p. 75).

Brandão e Leme descrevem o termo documentação especial como:

Trata-se, repetimos, de uma categoria muito ampla, mas que abrange essencialmente documentos não escritos e/ou com características especiais, tais como o suporte não convencional (composição físico-química diversa do papel comum), ou, no caso da utilização do papel, em formatos excepcionais, além da linguagem diferenciada (não textual) etc. (BRANDÃO e LEME, 1986, p. 51).

Para Molina Nortes e Leyva Palma apud Vieira (2014 p. 68), “os documentos considerados especiais são aqueles que apresentam um formato e suporte diferente dos documentos textuais em papel.” (1996 apud VIEIRA, 2014 p. 68).

Para Vieira (2014, p. 71) os arquivos especiais

são aqueles que utilizam, para comunicar uma informação, a linguagem audiovisual, iconográfica ou sonora, e que necessitam, por causa de sua linguagem, de processamento técnico específico para análise e representação de sua informação; e por causa de seu suporte, de procedimentos técnicos diferenciados de preservação e acesso.

Por último, em relação aos arquivos especiais, Vieira (2014, p. 63) complementa que “despertam inquietação quanto à sua conservação. [...] mais do que o tratamento técnico arquivístico visando ao seu acesso, os profissionais de arquivo estavam preocupados com a maneira de preservar esses documentos”.

O termo e a noção de documentos especiais vêm caindo em desuso pelos profissionais de arquivo, porém ainda é muito utilizada na literatura da área e nas instituições arquivísticas públicas brasileiras.

Alguns autores utilizam o termo “documentos especiais” e outros “arquivos especiais”, demonstra-se ter mais sentido chamar pelo primeiro termo, pois a maioria dos arquivos não é composta somente de documentos com suporte não convencional ou em formatos excepcionais; e chamá-los pelo segundo quando compostos apenas de documentos com essas características.

Paes (1997, p. 23) conceitua os arquivos especializados como sendo os que possuem “sob sua custódia os documentos resultantes da experiência humana num campo específico, independente da forma física que apresentem, como por exemplo, os arquivos médicos ou hospitalares, os arquivos de imprensa, os arquivos de engenharia e assim por diante”.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 30) diz que os arquivos especializados são aqueles “cujo **acervo** tem uma ou mais características comuns, como natureza, função ou atividade da **entidade produtora**, tipo, conteúdo, **suporte** ou data dos **documentos**, entre outras”.

Complementa-se o acima exposto com as palavras de Nieuwenhuysen e Peyceré (2000) ao determinar a existência de cinco tipos de documentação de Arquitetura: suporte tradicional; cópias e reimpressões; modelos; fotografias e suporte digital.

Para Santos e Venâncio (2015):

Um arquivo de Arquitetura pode ser entendido como um conjunto de documentos produzidos no transcorrer da elaboração de um projeto de uma edificação, assim como aqueles que documentam a construção dela. Esse tipo de acervo é formado, principalmente, por plantas, desenhos, fotografias, maquetes, assim como por

documentos textuais (contratos, anúncios, reportagens, depoimentos, inventários), que compõem um contexto a ser analisado e interpretado. (p. 3)

Os arquivos de Arquitetura são especiais por possuírem documentos em formato e suportes diferenciados e especializados por terem documentos resultantes da experiência humana num campo específico.

3.2 Princípios arquivísticos que regem a intervenção dos arquivos

Antes de entrar na parte da organização dos fundos de arquivos de Arquitetura, cabe ressaltar que, apesar possuírem características que os diferem de outros documentos, são classificados como documentos de arquivo e estão sujeitos aos princípios arquivísticos como todo e qualquer acervo dotado destas características. Descreve-se, assim, um quadro geral dos princípios arquivísticos encontrados na literatura atual, e, após, analisa-se um a um.

Como ponto de partida, temos “os princípios de proveniência e ordem original, inspirados no princípio de *respect des fonds*, publicados na Alemanha, em 1881, no *Regulative für die Ordnungsarbeiten im Geheimen Staatsarchiv [...]*” (RODRIGUES, 2004, p.9). Bellotto (2002) complementa com o princípio de indivisibilidade ou integridade, o qual compreende que está contemplado dentro do princípio de respeito aos fundos.

Algumas características e qualidades dos fundos de arquivo ou dos seus documentos, fundamentais para sua análise e tratamento arquivístico, são considerados como princípios por alguns autores, visto que são responsáveis por classificá-los como arquivos.

Partindo dessa premissa, Bellotto (2002) também considera como princípios: a cumulatividade e unicidade (p.21) e os define como qualidades dos documentos de arquivo que lhes conferem força probatória (p.25).

A cumulatividade é vista como sendo “o arquivo em uma produção progressiva, natural e orgânica” (BELLOTTO 2006, p. 88).

Para RODRIGUES (2010, p.176) os documentos de arquivo se formam através de “um processo de acumulação natural, onde seu contexto e significado só podem ser compreendidos na medida em que se possa ligar o documento ao seu conteúdo mais amplo de produção, às suas origens funcionais”

Para Vieira (2005, p. 40),

[...] o arquivo é formado pelo conjunto de documentos que o integram, o conjunto das relações natural e artificialmente estabelecidas entre esses documentos e o conjunto dos instrumentos e dispositivos técnicos que o suportam. Este complexo coeso de diversos elementos inter-relacionados caracteriza-se essencialmente, por servir um objetivo comum: a conservação, o acesso e a utilização eficazes de documentos autênticos.

Lopes (2000, p. 245) defende que “se não há imparcialidade no conhecimento humano, também ela não existirá nos registros que contêm as informações produzidas. Defendo a idéia de que a acumulação não é natural, apesar de feita no curso das transações”.

Independente de a acumulação ser natural ou artificial, os documentos que compõem o acervo devem ser autênticos em sua essência, mesmo se houver interesse em ocultar, omitir ou tergiversar. Eles se inter-relacionam, isto é, são orgânicos.

Quanto à unicidade, em tese, os registros são únicos, mesmo que existam cópias em locais distintos (LOPES 2000, p. 245). Para Bellotto (2006, pg. 88) a unicidade, “não obstante sua forma, gênero, tipo ou suporte, os documentos de arquivo conservam seu caráter único, em função de seu contexto de produção”.

Para Duranti apud Vieira (2005, p. 36), o vínculo arquivístico

[é o] (...) necessário elo que liga um documento a outros pertencentes à mesma agregação, surgindo no momento da produção e sendo determinado pela função que o documento deve cumprir. Esta rede incremental de relações atribui significado ao documento e confere-lhe autenticidade, ao colocá-lo para sempre num único lugar entre os documentos de um fundo de arquivos.

Duranti (1994, p.52) classifica as mesmas qualidades ou princípios, citados na obra de Bellotto, como características dos “registros documentais” (estes últimos, considerados aqui como “documentos de arquivo”).

As duas autoras vêm complementar o que Jenkinson (1965), classificou como qualidades de Imparcialidade e Autenticidade. Cabe salientar que Bellotto (2002) as considera como qualidades, mas para Duranti (1994) são vistas como características.

Os termos “característica” e “qualidade” utilizados apresentam-se quase como sinônimos, o que faz com que a escolha entre um termo ou outro não afete as questões tratadas nessa pesquisa.

A análise da literatura nos mostra, que os princípios de respeito aos fundos, de proveniência e da manutenção da ordem original são considerados como princípios por todos os autores analisados. Assim, as características e qualidades definem o objeto da Arquivologia – o arquivo – e os princípios arquivísticos citados falam como tratá-los.

Para Lopes (2000, p. 242) é essencial reconhecer a importância do *respect des fonds* como sendo “fundamento básico da classificação e ordenação física dos acervos arquivísticos em qualquer suporte, mantidos no formato de dossiês. [...] o tratamento dado aos acervos permite às organizações o seu espelhamento nos arquivos”.

Em Silva et al. (2002, p. 107) encontra-se a transcrição do trecho referente às *instructions pour la mise en ordre et le classement des archives départementales et communales*:

Reajuntar os diversos documentos por fundo, ou seja, formar coleção de todos os títulos que provêm de uma corporação, de uma instituição, de uma família ou de um indivíduo, e dispor, segundo uma certa ordem, os diversos fundos; 2º Classificar, em cada fundo, os documentos segundo as matérias, destinando para cada uma, uma ordem particular; 3º Coordenar os assuntos, de acordo com o caso, em ordem cronológica, topográfica ou simplesmente alfabética. (tradução nossa)

E depois:

Com relação aos fundos, importa bem compreender que seu modo de classificação consiste em reunir todos os títulos que foram propriedade de uma mesma instituição, de uma mesma corporação ou de uma família, e que os registros que apenas se relacionam a estes não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição, dessa corporação, dessa família. (SILVA et al, 2002, p.107 - tradução nossa).

Até a edição dessas *instructions*, as documentações provenientes de órgãos diversos eram mescladas em um mesmo conjunto chamado seção.

Bellotto (2006) resume em três as justificativas que Schellenberg elaborou para se observar este princípio, que são elas:

1. Porque protege a integridade dos conjuntos documentais enquanto informação, refletindo-se no arranjo as origens e os processos que os criaram. [...] 2. Porque serve para que se conheçam a natureza e o significado dos documentos no seu contexto e circunstâncias (a infraestrutura e o momento). [...] 3. Porque serve para que haja critério mais ou menos universal no arranjo e uniformidade na descrição [...]. (p. 87)

Para Vieira (2005, p. 35),

[...] importa verificar que, na verdade, todas as concepções de arquivos espelhadas pela produção teórica da Arquivística e, em consonância, importantes opções de intervenção técnica no território arquivístico por todo o mundo se fundam na ideia de que o vínculo arquivístico corresponde exatamente ao vínculo estabelecido entre os documentos no momento da sua produção, no decurso ou desenvolvimento de uma determinada atividade ou função.

Ignorar esse princípio resultaria na descaracterização das informações contidas na inter-relação dos documentos originada em seu processo de criação e acumulação e, sendo assim, destruiria a informação contida no vínculo do documento com a atividade/entidade que o produziu.

Salienta-se que o item documental de arquivo, mesmo que com grande valor individual, ainda depende dos demais documentos que compõem seu fundo para demonstrar de forma fidedigna a ação nele representada.

Rosseau e Couture (1998, p. 82) defendem: “no momento de organizar documentos que serão conservados permanentemente devido ao seu valor de testemunho, o arquivista terá

apenas de respeitar a ordem dos documentos já estabelecida. Não tem nada que criar outra ordem que misture os fundos ou que modifique a sua ordem interna”.

Duchein (1982) define o princípio de respeito aos fundos como se segue:

consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física: é o que se chama fundo de arquivo dessa administração, instituição ou pessoa. (DUCHEIN, 1982, p.14)

Em resumo, o princípio de respeito aos fundos traz consigo o conceito de fundo de arquivo como um conjunto, não devendo o arquivista separá-lo ou misturá-lo com documentos de outra proveniência, tendo como dever examinar o conjunto na sua integridade para assim poder ordenar, tratar e preservar o fundo sem que este perca suas características como arquivo.

Cabe destacar que o princípio de respeito aos fundos descrito nas instruções francesas, não foi seguido à risca, e os problemas ainda continuavam a acontecer no tratamento de arquivos permanentes. Tentando sanar essa falha e assim gerar uma compreensão mais clara sobre o princípio de respeito aos fundos que este foi dividido mais tarde pelos alemães em dois outros princípios: o de proveniência, que costuma ser tratado como sinônimo do princípio de respeito aos fundos, e o de manutenção da ordem original.

Aproveitando o acima citado, esclarece-se que o princípio de indivisibilidade ou integridade, definido por Bellotto (2002), é visto como um desdobramento do princípio de respeito aos fundos, tendo como base a definição do princípio de respeito aos fundos de Duchein, onde se encontra nas palavras “*manter grupados*”, a definição do princípio de indivisibilidade ou integridade.

Diante da necessidade de aprimorar o que já vinha sendo tratado referente ao princípio de respeito aos fundos, resultou-se na formulação do princípio de proveniência. A parte que consta nas instruções francesas “reunir todos os títulos que foram propriedade de uma mesma instituição, de uma mesma corporação ou de uma família”, vem demonstrar que os documentos de arquivo devem ser organizados e arranjados conforme sua proveniência.

O princípio da proveniência de acordo com Schellenberg:

[...] protege a integridade dos documentos no sentido de que as suas origens e os processos pelos quais foram criados refletem-se no seu arranjo. [...] Ajuda a revelar o significado dos documentos, pois os assuntos de documentos individuais somente podem ser compreendidos, no contexto, com documentos correlatos. [...] O princípio dá ao arquivista um guia exequível e econômico para o arranjo, descrição e utilização dos documentos sob sua custódia. (SCHELLENBERG, 1973, p. 260).

O princípio da proveniência é “o princípio basilar da Arquivologia que diz que os arquivos de uma entidade produtora não deve se misturar as de outras entidades produtoras, também conhecido como princípio de respeito aos fundos” (BELLOTO 2006, p. 88).

Para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.136) o Princípio da proveniência é o “princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos”.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, o princípio da proveniência é o “princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa”. (CAMARGO, BELLOTTO, 1996, p. 61).

Duchein (1982), entre outros, considera o princípio de proveniência como sinônimo do princípio de respeito aos fundos. Contudo, entende que o princípio de proveniência refere-se mais especificamente à identidade dos fundos de arquivo permanente, enquanto o princípio de respeito aos fundos, além de dar identidade aos fundos e não misturar documentos de proveniências diferentes pretende garantir a sua integridade e ordem original. Ou seja, o princípio de proveniência refere-se à singularidade de cada arquivo.

Lopes (2000, p.31) ainda destaca que o princípio da proveniência fica em risco quando é feita “propostas de classificação por assunto, que trazem enormes riscos para a integridade dos fundos, especialmente para a manutenção da relação das informações e dos documentos com a ordem estrutural interna das organizações”.

A interpretação errônea do princípio de proveniência faz com que os acervos de gêneros distintos dos documentos textuais, por exemplo, os acervos arquivísticos de material iconográfico, de procedências diferentes, sejam tratados como coleção, simplesmente, pelo fato de que, fisicamente, eles devem estar armazenados juntos.

Esses documentos são caracterizados por sua origem, seu produtor, e não pelo seu gênero, formato ou suporte. Esse tipo de equívoco no processo de incorporação de documentos aos fundos aos quais pertencem pode gerar prejuízos para a compreensão do significado dos documentos que o compõem, pois provocam a perda ou a quebra das inter-relações estabelecidas entre eles relativas às atividades que os produziram.

Outro princípio importante a se definir é o do respeito à ordem original, “princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.137)

Segundo Silva et al. (2002, p.108), a “proclamação” do respeito à ordem original dos fundos deu-se pela primeira vez em 1867, por Francesco Bonaini ao defender seu “método histórico”. Ainda segundo esses mesmos autores, a regulamentação da sua aplicação no Estado da Toscana deu-se em 1874-1875.

A ordem original, mantida de forma metódica, torna-se essencial para a manutenção dos documentos dentro do contexto da sua criação. Na sua ausência, o sentido entre os documentos pode receber outros significados diferentes daquele estabelecido pela sua criação. Se os documentos forem tirados da sua ordem original, romper-se-iam as inter-relações estabelecidas entre si e a sua natureza de correlacionar-se aos atos que os geraram.

Para Duranti (1994):

Não há dúvida de que os dois princípios fundamentais da ciência arquivística, respeito aos fundos (ou princípio da proveniência sob o ponto de vista externo) e respeito à ordem original (ou princípio da proveniência sob o ponto de vista interno), enfatizam a importância central da origem administrativa dos registros. (DURANTI, 1994, p.57)

Salienta-se que nessa citação a definição que a autora atribui ao princípio de respeito à ordem original, pois para Duranti o princípio de proveniência está sob o ponto de vista interno do fundo de arquivo. Ou seja, a relação entre o fundo de arquivo e o seu produtor define a identidade do fundo, a relação de cada documento ou cada subdivisão do fundo com a atividade que o gerou define a identidade de cada documento ou de cada subdivisão do fundo. Ao manter a ordem original, permite assim, a identificação dessa relação e mostra a proveniência de cada documento e de cada subdivisão do fundo separadamente.

De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística, o princípio do respeito à ordem original “é o princípio que, levando em conta as relações estruturais e funcionais que presidem a gênese dos arquivos, garante sua organicidade”. (CAMARGO e BELLOTTO, 1996, p. 61-62).

Como foi dito por Duranti (1994) e citado no Dicionário de Terminologia Arquivística (1996), a manutenção da ordem original garante os documentos sejam espelhos das ações e que estas podem ser reconhecidas neles, ao mesmo tempo em que, as ações fornecem identidade aos documentos ou às subdivisões do fundo.

Com isso, considera-se que os documentos receberam uma classificação funcional, segundo os quais foram acumulados, estando, assim, em perfeita correspondência com o desenvolvimento das ações em sua origem.

Para Bellotto (2006, p. 88) o princípio do respeito à ordem original seria o que ela chama de organicidade que “é a ligação natural entre um documento de arquivo, segundo o

qual os arquivos refletem a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas”.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.127) define a organicidade como sendo a “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora”.

Para Rodrigues (2002) “o conjunto é orgânico porque refletindo o procedimento administrativo quer lhe dá origem, como parte integrante do processo, revela que os documentos estão relacionados entre si”.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, “a organicidade é qualidade segundo a qual arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas” (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p.64).

O vínculo arquivístico é a “rede de relações que cada documento tem com os documentos pertencentes a um mesmo conjunto, [...] que liga cada documento ao anterior ou posterior e a todos aqueles que participam da mesma atividade” (MACNEIL apud RODRIGUES 2010, p.178). Para Rodrigues (2010) “essas são as características centrais da área de arquivo e um documento só é arquivístico se elas forem mantidas”.

Vieira (2005) concorda que o arquivo é um conjunto orgânico de documentos e complementa dizendo que “todos sabemos de cor esta verdade incontestada da Arquivística Contemporânea. [...] destaque em qualquer definição de arquivo. O atributo da organicidade tem, [...] desempenhado [...] papel central na identificação genética dos arquivos”. (p. 33)

Jenkinson (1965) fala que “[...] os arquivos não são documentos coletados artificialmente, como os objetos num museu [...], mas sim documentos acumulados naturalmente em escritórios por razões práticas de administração”.

Novamente, Duranti (1994) destaca que os registros documentais arquivísticos não são coletados artificialmente, mas sim, acumulados naturalmente em função de objetivos práticos e dotados de um elemento de coesão espontânea. A autora complementa que os registros ligam-se entre si no momento em que são produzidos, sem o qual não existiriam como tal.

Para Viana (2011, p. 25) é

uma relação orgânica que nasce em decorrência das atividades e funções realizadas pela pessoa ou instituição que produziu o documento arquivístico. Essa relação orgânica não está presente, por exemplo, em uma coleção, a qual deve ser considerada um conjunto de documentos reunidos intencionalmente por suas características comuns, não possuindo em hipótese alguma características orgânicas.

A organicidade, ou inter-relacionamento, para Vieira (2014, p.46),

é uma característica singular que difere os documentos de arquivo dos outros conceitos de documento presentes em outras áreas do conhecimento. Esta

característica, inerente ao documento de arquivo, trata um conjunto de documentos como um todo orgânico, onde um documento isolado não reflete seu contexto de produção.

Lopes (2000, p. 36-37) ressalta “[...] é orgânica a informação que pertence à pessoa ou a organização que a acumulou. Enfatiza-se a originalidade, lembrando que os arquivos devem ser formados por informações que sejam específicas dos seus acumuladores”.

Já Vieira (2005, p. 35) finaliza com a

[...] a justificada necessidade de definir com clareza o objeto da Arquivística enquanto ciência e técnica, por oposição aos objetos da Biblioteconomia e da Museologia, enfatizou desde sempre [...] o caráter natural da orgânica do arquivo em contraposição com a noção de coleção bibliográfica ou museológica, conjunto de documentos reunidos de acordo com um critério artificial, subjetivo, da responsabilidade do colecionador.

Não é incomum os arquivos serem organizados ou acumulados de forma não sistemática, fazendo com que sua ordem, ou pelo menos a parte da ordem do arquivo, não corresponda ao curso natural do desenvolvimento das ações que representam. Isso impede ou gera grande dificuldade para se identificar a relação dos documentos com as atividades que os geraram.

Outro princípio definido pela Bellotto (2006, p. 88) é o da indivisibilidade ou integridade arquivística: “os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida. Esse princípio deriva do princípio da proveniência”.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.108) define a integridade arquivística como “objetivo decorrente do princípio da proveniência que consiste em resguardar um fundo de misturas com outros, de parcelamentos e de eliminações indiscriminadas. Também chamado integridade do fundo”.

Resguardar a relação entre um documento e o respectivo contexto administrativo de produção é para Vieira (2005, p. 35-36), “condição essencial para garantir no tempo [...] a sua integridade e autenticidade - veio reforçar a importância e o estatuto de aparente inevitabilidade da ordem natural dos arquivos

Tanto o princípio de indivisibilidade quanto os de proveniência e manutenção da ordem original derivaram do princípio de respeito aos fundos porque este veio primeiro e trouxe consigo a consciência para a existência dos demais.

Reforça-se o conceito de que os fundos não devem ser desmembrados através do trecho das instruções francesas, transcritos a seguir: (conforme tradução mencionada) “*importa bem compreender que seu modo de classificação consiste em reunir todos os títulos*

que foram propriedade de uma mesma instituição, de uma mesma corporação ou de uma família”.

Dos autores citados, apenas Bellotto considerou como princípio a indivisibilidade ou integridade dos arquivos e a diferenciou do princípio de respeito aos fundos. Apesar dos outros autores tratarem a questão da integridade dos fundos, não lhe classificam como um dos princípios arquivísticos fundamentais.

Conclui-se que ao manter a indivisibilidade dos fundos de arquivo, permite-se assim, a manutenção das inter-relações entre seus documentos, e dificulta a dispersão dos documentos dos fundos de arquivo, um dos motivos que faz com que se perca o nexos existente entre os documentos.

Mantém, também, a noção de arquivo enquanto conjunto de documentos acumulados naturalmente. Já que se remover uma parte do fundo de arquivo, este não mais será cópia fiel do processo de acumulação, o qual demonstra sua correspondência com o desenvolvimento das atividades, o que tornaria inviável, a compreensão das ações desenvolvidas pelo órgão que o gerou em prol da realização da sua missão.

Segundo Rodrigues (2006, p. 107), “o respeito à proveniência do conjunto documental e à ordem original (proveniência de cada documento) são considerados como imprescindíveis para o tratamento dos arquivos”, visto que, de acordo com o autor, desconsiderar esses princípios pode gerar a dispersão de documentos o que compromete a inteligibilidade do arquivo.

Encerra-se esta parte com as palavras de Jenkinson (1965) que considera “fatal” o desmembramento de um fundo arquivístico. (consideramos desnecessário citar os exemplos que são muito longos). Diz ele:

A separação de documentos que, por uma razão ou outra, foram preservados juntos é um erro tão comum e tão fatal que nós podemos talvez dar mais um ou dois exemplos [...]. (JENKINSON, 1965, p. 84, tradução nossa).

Estabelecidas as definições dos princípios arquivísticos, pode-se falar sobre a dispersão documental ocorrida nos arquivos de Arquitetura.

3.3 A produção teórica em Arquivologia relacionada aos arquivos de Arquitetura

Bellotto é clara ao afirmar que "o documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem de retratar a infraestrutura e as funções do órgão gerador". (2006, p. 28)

Marilena Leite Paes complementa:

a documentação desempenha papel de memória das instituições e, como acontece com um indivíduo, quanto mais pronta, fiel e abrangente for a gestão da documentação, mais eficiente, rápido e seguro será o desempenho das atividades da instituição (PAES, 1997, p.11).

Thomassen (2006) defende que os arquivos são compostos por informação e estão vinculados a processos, ou seja: a informação é gerada e estruturada através dos processos de trabalho. O autor ainda complementa que “os processos de trabalho determinam a estrutura lógica do arquivo, atividades geram os dossiês e ações e transações geram os documentos individuais” (p. 6).

Lopes (2000, p. 253) fala que “não é possível classificar e avaliar informações e documentos de uma organização sob as quais pouco ou quase nada se sabe”. Então, se faz necessário definir o que é Arquitetura, as funções e ou atividades do arquiteto e os documentos que produz para determinar a melhor maneira de organizá-los arquivisticamente e assim evitar a dispersão documental comum nesses fundos.

Ao pesquisar o assunto em território nacional na área de Arquivologia, cabe destacar as publicações de Claudio Muniz Viana, o qual em sua pesquisa (2012) deixa clara a dificuldade de encontrar literatura nacional, além de descrever as principais contribuições internacionais sobre o tema de Arquivos de Arquitetura. Viana destaca as principais tipologias documentais na área de Arquitetura mostra os documentos de Arquitetura como documentos de arquivo com caráter técnico científico, salientando a importância dos princípios arquivísticos para o tratamento dessas documentações.

Blanco (2003) considera arquivos de arquitetura como sendo todo material documental e seus anexos que estejam relacionados “com a história, a teoria e a prática da Arquitetura e de domínios relacionados sejam quais forem os suportes e as características físicas, criado ou recebido por organismos públicos ou privados no decorrer das suas atividades” (p. 9).

A noção documental da Arquitetura engloba:

registros referentes à prática arquitetônica e documentos relativos à Arquitetura. A acumulação e a produção de um arquivo de Arquitetura, normalmente, ocorrem a partir da realização de rotinas, funções e atividades relacionadas a uma edificação, que são desempenhadas por diversos profissionais, principalmente arquitetos e engenheiros, que participam da elaboração e execução de um projeto arquitetônico (VIANA, 2011, p. 27).

Para Santos (2014, p. 363), “o registro/documento da Arquitetura não está somente relacionado com a construção/prédio/monumento, mas também associado aos desenhos, textos, fotos etc. que constituem a sua base documental dentro de um sistema produtivo”.

Conde Villaverde e Vieira (2010, p. 15) observam que a organização e tratamento técnico-documental dos arquivos de Arquitetura devem ser entendidos como um estudo amplo

sobre: “produção, acesso, uso, avaliação, organização, descrição, conservação, documentos digitais, direitos autorais, cooperação e trabalho em rede”.

A formação desses acervos é importante, pois servem não só na construção, como também por ocasião de reformas ou restaurações das edificações (SANTOS, 2003, p. 27-29).

Para Viana (2012), os arquivos de Arquitetura podem servir como fonte de estudo da ação de indivíduos, bem como de instituições num determinado momento e aglomerar e preservar documentos de Arquitetura importantes para a construção de uma memória cultural provando o desenvolvimento da área da Arquitetura, Urbanismo e Engenharia ao longo do tempo.

De uma forma bem sucinta, definem-se documentos de Arquitetura como sendo o conjunto de dados que documentam, informam, comunicam, testemunham, provam, instituem ou dispõe sobre os objetos arquitetônicos e atividades arquitetônicas (processos, ações, eventos).

Entre outras palavras, os arquivos de Arquitetura são um conjunto orgânico, coeso e inter-relacionado dos documentos de Arquitetura e das relações naturais estabelecidas entre esses documentos e os instrumentos e dispositivos técnicos que o suportam.

O arquivo de Arquitetura, conforme Santos e Venâncio (2015) “pode ser entendido como um conjunto de documentos produzidos no transcorrer da elaboração de um projeto de uma edificação, assim como aqueles que documentam a construção dela”. (p. 3). Os autores ainda complementam que o acervo é composto principalmente, por plantas, desenhos, fotografias, maquetes, assim como por documentos textuais (contratos, anúncios, reportagens, depoimentos, inventários), cuja composição gera um contexto que deve ser analisado e interpretado.

Os arquivos de Arquitetura se organizam a partir do projeto arquitetônico - ponto central da produção documental decorrente das atividades ligadas à Arquitetura, a qual pode incluir uma enorme variedade de documentos gráficos criados na atividade de projetar ou construir um edifício (VIANA, 2011).

O acima exposto, chama a atenção para uma de suas características: a variedade dos suportes. O projeto arquitetônico possui formas e formatos específicos regidos por várias normas (ABNT), as quais tentam facilitar o diálogo técnico do arquiteto com as outras partes envolvidas no processo para que se tenha presente padrões terminológicos comuns e conhecidos para que todas as instituições que mantenham contato com esses arquivos possam interpretá-los.

Para Carrascal Simon e Gil Tort (2008, p. 18), esses documentos formariam uma unidade documental denominada projeto de Arquitetura. O conhecimento desta estrutura documental básica que se produz e se acumula documentos é de interesse para o arquivista que tem como desafio a organização e a identificação.

Isso permite que os procedimentos da criação desses documentos se tornem mais claros e palpáveis para o arquivista no que se tange a relação do arquiteto com a documentação por ele elaborada em seu exercício profissional.

De acordo com Viana e Rodrigues (2012), deve-se entender qual a metodologia de trabalho e as técnicas de criação e execução utilizadas nos projetos de Arquitetura, pois este é o primeiro passo para podermos elaborar procedimentos de organização dos documentos e assim, sermos capazes de reconhecer e determinar os tipos de documentos que compõe o acervo desde o processo de produção até o seu armazenamento.

Para Santos e Venâncio (2015, p. 3) “o projeto arquitetônico, em todas as suas etapas – o estudo preliminar, o anteprojeto e o projeto de execução –, é a dimensão mais conhecida da produção dessa área profissional”.

E segundo os autores, o projeto refere-se a um conjunto de itens, que formam um dossiê, composto por documentos distintos, entre eles estão: desenhos de plantas baixas, cortes, fachadas, detalhes, assim como maquetes, fotografias (da situação atual do terreno, da evolução da construção etc.) e textos (por exemplo, o memorial descritivo) os quais apresentam, justificam e esclarecem aspectos da representação gráfica da edificação. (SANTOS, VENÂNCIO, 2015).

Para Silva (2016, p. 16),

[...] o projeto de Arquitetura subdivide-se, habitualmente, em três etapas: o estudo preliminar, o anteprojeto e o projeto de execução. Destas etapas resulta a produção dos documentos de Arquitetura, memória materializada em tipologias e espécies documentais que integram, normalmente, os chamados processos de Arquitetura que, por sua vez, incluem peças desenhadas (Levantamento topográfico, Plantas, Alçados, Perspectivas, etc.), peças escritas (Memória descritiva, caderno de encargos etc.), fotografias e objetos tridimensionais (maquetes, etc.) que devem ser preservados como provas e não pela sua dimensão artística.

Viana (2015) considera o início do projeto como sendo sempre a demanda de um cliente em relação a um programa desejado e um lugar. Para o autor, os esboços ou croquis dão início ao processo de desenvolvimento do estudo preliminar que deve ser aprovado pelo cliente, o qual, em geral é composto pela planta de situação, as plantas baixas de cada pavimento, o corte longitudinal e o transversal e fachadas, acompanhados de um memorial descritivo.

O autor segue afirmando que:

[...] inicia-se então a segunda fase do processo projectual identificado como o anteprojecto. Trata-se de uma etapa intermediária na qual são revistas as exigências, indicadas no estudo preliminar aprovado pelo cliente, redesenhadas obedecendo às normas edilícias e da ABNT para sua fase de aprovação na Prefeitura da Municipalidade. [...] são exigidos os seguintes desenhos: planta de situação, planta dos pavimentos, dois cortes e duas fachadas. [...] é então enviado aos diferentes profissionais que realizarão os projectos complementares da futura construção [...] (VIANA 2015, p. 144).

Viana (2015, p. 144) finaliza dizendo que na terceira fase, a do projecto de execução:

o anteprojecto é revisto e nele são inseridas as informações dos complementares: pilares, as tubulações hidráulicas mestras, a fim de facilitar a construção e evitar erros, bem como os detalhes principais da obra. [...] é também apresentado um memorial descritivo e justificativo, especificações de materiais e de equipamentos, bem como a estimativa de custo.

Assim, define-se como é composto o projecto arquitetônico, sua concepção, planejamento, execução e coordenação feita pelo arquiteto, mostrando como esse processo influencia a produção documental, dando razão ao que foi dito por Montenegro (1997 p. 28) “que os documentos constituintes do projecto não seriam apenas uma “coleção de plantas” em um sentido genérico”; e reafirmando o ponto de vista dos autores Carrascal Simon e Gil Tort (2008, p.18) e Blanco (2004, p. 297) de que esses documentos seriam integrantes de uma unidade arquivística e orgânica.

A elaboração do projecto arquitetônico desencadeia muitas atividades correlacionadas às quais, conseqüentemente, produzem documentos que comprovam e relatam a realização das suas etapas, só possuindo significado quando mantido nesse contexto de produção, ou seja, quando respeitamos a proveniência; a ordem original e a integridade arquivística; podemos compreender o significado administrativo e histórico da documentação.

A “acumulação e produção da documentação [...] em um arquivo especializado de Arquitetura, reside na realização de rotinas, funções e atividades, principalmente desempenhadas por um arquiteto, o qual elabora e executa um projecto arquitetônico” (VIANA 2011, p. 27).

A “importância dos registros arquitetônicos é percebida como uma crônica do ambiente construído pela humanidade”. (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000, p. 9)

É importante lembrar que os arquivos de Arquitetura, em sua maioria, sofrem rupturas ao longo do tempo, apresentando grande dificuldade em manter a ordem original de sua produção. Isso faz com que muitos ainda sejam organizados tematicamente, descontextualizados do restante da documentação com as quais foram produzidos, o que torna

recuperação informacional muito menor do que se estivesse junto ao conjunto documental com o qual foram produzidos.

A dispersão documental tem sido um dos problemas recorrentes em arquivos de Arquitetura. Do ponto de vista arquivístico, a dispersão se refere a documentos pertencentes a um fundo que acabam em outro fundo distinto, em consequência de uma desordem, perda ou lapso, e por não existir intercomunicação entre fundos distintos.

Nieuwenhuyusen e Peyceré (2000, p. 21, tradução nossa) observam que “os registros arquitetônicos [...] incluem não apenas os registros de escritórios de Arquitetura, [...] mas também documentos arquitetônicos preservados nos arquivos de clientes e escritórios administrativos”, detalhando-os em: escritórios governamentais e outras organizações; escritórios de arquitetos; e empreiteiros, empresas de engenharia, engenheiros, o que pode contribuir para essa dispersão.

A dispersão ou duplicação da documentação também ocorre quando o arquiteto realiza atividades em locais distintos, quando este atua “em diversos projetos para obras públicas e privadas ou para concursos de Arquitetura, seja trabalhando em sociedades com outros arquitetos, em escritórios técnicos, seja [...] em instituições públicas”. (Viana 2011, p. 32)

Nieuwenhuyusen e Peyceré (2000, p. 22, tradução nossa) complementam que “raramente, os arquivos de arquitetos se encontram completos. A preservação do arquivo de arquitetos depende de muitos fatores, incluindo o rumo de sua profissão [...]”.

As dificuldades em preservar documentos de Arquitetura nos escritórios durante seu uso é ressaltada por Silva (2017, p. 22) ao dizer que “não há possibilidade de mantê-los em condições ideais de organização e preservação. [...] é necessário prover longa durabilidade [...] contribuir para a história da Arquitetura e, conseqüentemente, para pesquisa”.

Essa visão que não atribui o devido valor aos documentos de Arquitetura, ou a manutenção da sua sequencia lógica, sendo geralmente tratado como de caráter de uso imediato, para cumprir determinada função, foi levantada por Carvalho et al. (2015, p. 142):

São poucos os arquitetos atuantes no Brasil que podem manter seus acervos de forma organizada e bem acondicionada em seus escritórios. A maioria deles não consegue perceber a importância dos desenhos e documentos para a história da Arquitetura e da cidade. Criados de forma artesanal pelos próprios arquitetos ou desenhistas, esses desenhos possuem por si próprios um enorme valor artístico e cultural. Mesmo os arquitetos organizados e conscientes da importância de seus acervos não conseguem encontrar instituições públicas dispostas a recebê-los. Ao final, uma pesada responsabilidade é imputada aos familiares ou colaboradores diretos, que não têm condições de manter tal documentação por falta de espaço adequado e também pelo custo da manutenção.

Gutierrez salienta:

Somente nos últimos anos começou a existir uma consciência acabada sobre o valor documental dos Arquivos de Arquitetura em nosso continente. Em geral, estes arquivos têm carecido de uma tutela específica, salvo naquelas repartições públicas ou escritórios privados onde foi necessário conservá-los em atenção ao caráter operativo dos mesmos. De todo modo, nestes casos se trata simplesmente de uma operação de armazenamento, sem implicação alguma de uma tarefa de adequado acondicionamento e catalogação, por isso é frequente que os mesmos estejam também destinados ao sumiço quando muda o responsável pelo arquivo, se produza uma mudança ou algum funcionário considere necessário conseguir espaço (GUTIÉRREZ, 2001, p. 1).

Assim, como em outros arquivos, sua guarda e manutenção são feitas por obrigação de lei, há descaso ou desconhecimento por parte da grande maioria dos arquitetos sobre o valor informacional que tais arquivos possam oferecer a sociedade.

Os arquitetos são os primeiros a terem a possibilidade de salvar inicialmente seus documentos, que devem se manter sob uma projeção intelectual para além das decisões do escritório de eliminá-los logo após a conclusão de um projeto (SILVA 2017, p.37).

Para Nieuwenhuyusen e Peyceré o motivo seria:

Em geral, arquitetos têm sistematicamente retidos registros para fins legais, para cumprir sua responsabilidade em relação à construção de um edifício. Além disso, atitudes e práticas variaram amplamente. Poucos arquitetos tem a crença de Le Corbusier de que os registros arquitetônicos têm valor artístico em si mesmos. Na verdade, muitos como o arquiteto belga Victor Horta tomaram a visão oposta: que apenas o trabalho construído é digno de atenção. (NIEUWENHUYUSEN e PEYCERÉ 2000, p. 22-23, tradução nossa)

A perda documental vai muito além dos documentos que fazem parte de cobranças legais das legislações específicas de licenças para construção, conforme Silva (2017, p. 37) diz: “podem-se perder os desenhos que serviram de base para que tal projeto fosse criado, além de outros que aos projetos se associam para manter a sua autenticidade”.

Os arquivos de Arquitetura, em sua maioria são entregues para entidades custodiadoras pelo próprio arquiteto, o dono titular do arquivo, ou, quando este já falecido, pelas famílias que possuem a guarda e propriedade do arquivo, sendo que no Brasil, destacam-se os núcleos de universidades que, interessadas em criar espaços para pesquisas acadêmicas e servir a projetos de pesquisas, vem recolhendo sob sua custódia esses arquivos.

Para Silva (2016, p. 50) tal concentração pode ser explicada por dois motivos:

um deles, contingente, relativo ao desaparecimento de uma geração de arquitetos, o que se confirma pelo fato de que a maioria das doações foi feita pelas famílias desses profissionais; o outro se refere à revisão historiográfica que começou a tomar corpo justamente nesse período de consolidação dos programas de pós-graduação em Arquitetura e urbanismo.

Complementa-se esse pensamento com o seguinte:

[...] a intenção da família em perpetuar a memória do arquiteto, reconhecendo a biblioteca da FAU USP como um órgão importante na constituição da história da Arquitetura e de seu futuro, uma vez que seria por meio dela e de seu acervo que os

“pesquisadores [poderiam] ter acesso ao passado ou, mais precisamente, a uma idéia de passado projetada para o futuro” (COSTA (2014) apud SILVA (2015, p. 2)).

Essa preferência dada as Universidades quanto ao recolhimento dos acervos vêm da credibilidade que as Instituições passam sobre o trabalho de preservação e difusão de arquivos que já vem prestando ao longo dos anos. Isto proporciona aos proprietários de arquivos pessoais de arquitetos, conforme Silva (2017, p. 23) “uma motivação maior em transferir para uma instituição responsável aquilo que provavelmente não poderia ser feito em uma casa ou em algum depósito, colocando em risco a permanência dos documentos”.

Carvalho e Silva (2016, p. 50) finalizam:

nessa fase, três aspectos são centrais para sua caracterização: primeiro, a consideração do acervo do escritório como algo fundamental para a pesquisa; segundo, o interesse por diversos perfis e atuações profissionais; e, por fim, a valoração de manifestações arquitetônicas fora dos cânones modernos ensinados na faculdade e, de alguma forma, mesmo que não deliberadamente, afirmados no gesto inicial de criação do acervo.

Esse procedimento trouxe como consequência a dispersão dos arquivos por várias entidades custodiadoras. É característico, em arquivos de Arquitetura, “haver uma incompletude documental, presente no momento em que são recolhidos para uma instituição arquivística. [...] Isso se deve, em parte, às características dessa documentação e das atividades do próprio arquiteto”. (VIANA, 2011 p. 32).

Azevedo (2008, p. 86-87) fala sobre “a falta de uma política consistente que cubra as demandas dos arquivos de Arquitetura dispersos pelos órgãos públicos e instituições privadas pelo Brasil”, reforçando o dito pelo Viana (2011, p. 30): “[...] normalmente, os arquivos de Arquitetura, quando são recolhidos por instituições arquivísticas, chegam incompletos”.

Apesar de não falar especificamente sobre os arquivos de Arquitetura, porém reforçando a questão da dispersão em diversas entidades tratada nessa pesquisa, Lopes (2000) ressalta que em situações de venda ou doação de acervos pessoais de políticos ou intelectuais falecidos, “o carro-chefe da operação é a biblioteca. O arquivo, em várias oportunidades, quando não vem como bônus adicional, é fragmentado e distribuído em endereços e instituições diversas, ou, simplesmente, desaparece”. (p. 38)

Os acervos acumulados pelos produtores de documentos de Arquitetura, conforme Silva (2017, p. 27) “muitas vezes não foi organizado e conservado dentro de uma metodologia propriamente arquivística. Perdia-se, desta forma, a leitura que um projeto de Arquitetura, em seu amplo sentido, poderia dar ao pesquisador”.

Para Conde Villaverde e Vieira (2010, p. 14) é comum a custódia desses arquivos por instituições culturais diversas:

Apesar de sua natureza especificamente documental, os documentos e processos de Arquitetura não se custodiam somente em arquivos e em serviços arquivísticos de Arquitetura. De fato esses tipos documentais (croquis, plantas, fotografias, maquetes, etc.) estão dispersos e divididos por todos os tipos de fundos e séries, independente da natureza das funções e dos objetivos encomendados ao produtor ou do tipo de jurisdição institucional [...]. (CONDE VILLAVERDE; VIEIRA, 2010, p.14).

A falta de critérios arquivísticos que regulem a manutenção de um conjunto documental estabelecido dentro de uma ótica, aliada ao processo indiscriminado para se desfazer dos arquivos de Arquitetura, criou um quadro de dispersões e fragmentações desses acervos por diversas entidades custodiadoras. Em alguns casos, ao verificar-se o conjunto de documentos ou itens documentais que foram doados, percebe-se, que essas doações nem sempre possuem vínculo arquivístico ou organicidade.

Isso que foi mencionado por Bottallo:

[...] não é raro que os processos de transferência e guarda de arquivos dessa natureza, muitas vezes doados por familiares, sejam acrescentados materiais e objetos de procedências diversas que, nem sempre fazem sentido no contexto arquivístico, causando ‘ruídos’ no processo de arranjo, problemas de guarda e de conservação, entre outros. Doações e incorporações posteriores, que nesses casos frequentemente, colocam em xeque um dos princípios mais caros à Arquivologia: o princípio da proveniência. (BOTTALLO, 2011, p.149-150).

É providencial que se estabeleça, como uma das primeiras iniciativas, a realização de uma identificação detalhada dos documentos de Arquitetura, como forma de se verificar a situação de como chegaram à instituição (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000, p. 74).

Neste sentido, quando estes conjuntos são adquiridos por instituições arquivísticas para custódia, deve-se ater a importância de se identificar se o conjunto documental está completo ou apenas fazem parte dele plantas de Arquitetura.

Assim que o levantamento é feito, torna-se possível reinserir os documentos e reordená-los de forma a recuperar a ordem original que possuíam quando da sua criação pela entidade produtora.

Lopes (2000, p 252-253) ao falar de arquivos pessoais, os quais se enquadra os arquivos de Arquitetura advindos dos arquitetos ou familiares, define que a organização “é concebível, a priori, pela apropriação da biografia do acumulador”. Ou seja, sem este conhecimento, não há como a classificação elaborada refletir as várias atividades e funções que a pessoa desempenhou.

Lopes (2000, p 252-253) ainda complementa “acredito contrariamente a idéia de uma fórmula única de ordenação deste gênero de arquivos. A pesquisa sobre a vida do detentor das informações e dos documentos é crucial”.

Para superar esse tipo de dispersão documental, que ocorre com a documentação produzida por arquitetos que dificulta o trabalho de pesquisadores em uma investigação histórica mais aprofundada, Viana (2011, p. 30) sugere “a intensa colaboração entre as instituições que possuem a custódia desses acervos, para a produção de um guia interinstitucional de fontes de Arquitetura e de um protocolo comum de comunicação entre as suas bases de dados”.

Outro ponto importante para a dispersão dos documentos de Arquitetura é a falta de literatura sobre o assunto, o que Blanco (2003, p. 60) escreve:

A dispersão de fundos relacionados com o mundo da construção, em arquivos estatais, regionais e locais, bem como os distintos organismos, empresas e associações profissionais reclama, também, a necessidade de um fórum de discussão entre os diversos responsáveis por estes organismos e que permita coordenar os aspectos relativos à sua catalogação e conservação.

Viana (2015) destaca que as reflexões sobre os conceitos e problemas relacionados aos arquivos de Arquitetura só se tornaram mais dinâmicos a partir da segunda metade da década de 1980, sob a forte influência do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), o que resultou na constituição de grupos de trabalhos e fóruns permanentes de discussão, com o objetivo de desenvolver novas metodologias para o tratamento técnico-documental nesse campo específico.

Houve uma evolução desses fóruns de discussão nos últimos anos, com grande colaboração e intercâmbio de informações entre as diversas instituições nacionais e internacionais.

O marco inicial foi a “1ª Conferencia General de la Red Iberoamericana de Patrimonio Cultural” (REDIPAC: Madrid, nov. 2001) e na “Vª Conferencia Cumbre de los Ministros de Cultura Iberoamericana”, ambas com intenções de implementar ações em rede serviria de “valiosa ferramenta referencial” para o fortalecimento do âmbito cultural ibero-americano.

Logo após, houve a realização do 1º Congresso Internacional de Arquivos de Arquitetura, acontecido em Alcalá de Henares (Espanha), em 2004, com a criação de uma rede latino-americana, que denominava MIRAR-LA, Red de Archivos de Fotografía de Arquitectura em Latinoamérica, que consistia num “macro projeto de ligação e junção de esforços aos quais foram convidados a participar todos os Arquivos, cujos fundos de fotografia da Arquitetura latino-americana constitui um enclave de interesse”.

Em 2007, foi elaborado o projeto de criação da Rede Latino-Americana de Acervos de Arquitetura e Urbanismo (RELARQ), com o objetivo de, através de efetivo trabalho em

rede entre as instituições do continente latino, constituir ferramenta de acesso e difusão dos acervos no campo da Arquitetura.

Durante o XII Seminário da Arquitetura Latino-americana (SAL), acontecido em Bío-Bío, no Chile, em novembro de 2007, a RELARQ, através desse encontro, começou-se a recrutar uma série de instituições para a proposta de constituição de uma rede virtual.

O 1º Seminário Latino-americano Arquitetura e Documentação, organizado pela Universidade Federal de Minas Gerais e pelo Centro de Documentación de Arquitectura Latinoamericana (CEDODAL) em outubro de 2008, com o patrocínio da CAPES, FAPEMIG e PETROBRAS, teve como assunto a rica relação entre a Arquitetura e a documentação, enfocando-se a contribuição desta para o campo da História da Arquitetura e do Urbanismo, bem como a importante questão do tratamento do patrimônio documental em nosso continente.

Em 2011, 2013 e 2015 foram realizados a segunda, a terceira e a quarta edição do evento, agora renomeado como Seminário Ibero-americano, com destaque para o lançamento do livro *Arquitetura e Documentação*, em 2011 com as conferências do primeiro evento, publicado pela Editora Annablume, de São Paulo e pelo Instituto de Estudos de Desenvolvimento Sustentável (IEDS).

A quinta edição realizada em outubro de 2017 teve como objetivo apresentar os sistemas de informação que vêm sendo desenvolvidos por diversas instituições ao redor do mundo.

Destaca-se também o 1º Seminário de Acervos de Arquitetura: Administração, Conservação, Difusão, realizado em 2012, que debateu as questões de Administração (instalações físicas necessárias para abrigar esses acervos); a conservação (os riscos que correm os acervos não armazenados adequadamente) e a Difusão (formas e métodos de apresentar esse acervo ao público), que contou com convidados especialistas internacionais: João Vieira (Sipa - Portugal), Albrecht Gumlich (Getty Research, EUA), Antônio Mirabile (Unesco, França), Christel Pesme (Getty Conservation, EUA), Valentina Moimas (Centre Pompidou, França) e, como representante local, Elly Ferrari (IEB-USP); que ministraram workshops sobre temas e técnicas específicas de acondicionamento, pesquisa por amostragem e técnicas de conservação de acervos de papel.

Mesmo com essa gama de eventos sobre esses arquivos, em sua maior parte, continuam sendo inacessíveis aos pesquisadores e aos usuários comuns, e ainda pouco conhecidos e utilizados. A produção no campo da Arquivologia não foi muito explorada, pois ainda se dá ênfase ao conhecimento arquivístico em vez da aplicação da Arquivologia.

Cabe lembrar que o “conhecimento arquivístico” é a forma articulada da prática diária por vários momentos, lugares, usos, mídias e “valores” de arquivos, enquanto que Arquivologia é

a construção sistemática e conceitual” do conhecimento arquivístico em integridade disciplinar. [...] ao realizar essa tarefa de elaboração teórica, a Arquivologia trabalha para canalizar, estruturar, organizar sistematicamente e estabelecer ordem no conhecimento arquivístico. Este último abre o caminho para a Arquivologia, mas ainda não a tem nele. [...] É necessário que o conhecimento arquivístico se transforme por si mesmo em Arquivologia, assim como é necessário que a Arquivologia elabore conhecimento arquivístico dentro de si. (BUCCI, 2000, apud COOK, 2012, p. 132-133).

Complementa-se:

claro está que o trabalho arquivístico, em si mesmo, já implica pesquisa. [...] O conhecimento arquivístico disponível tem resultado da nossa capacidade em relacionar dialeticamente estas práticas com suas consequências e pressupostos teóricos. Esta é a diferença entre um arquivista e um “guardador de documentos”, entre gerenciar a informação e ordenar os documentos, entre uma prática teórica e cientificamente construída e um fazer calçado em um bem intencionado senso - comum. [...] Gerenciar arquivos com “qualidade total” pressupõe cientificidade (JARDIM, 1999).

Conclui-se que é nesse intenso diálogo, entre a teoria e a prática, que se constitui um privilegiado espaço de problematizações, possibilitando um aumento da produção de conhecimento arquivístico.

Provavelmente o problema mais comum de dispersão documental em arquivos de Arquitetura seja a por tratamento como coleção, prática comum aplicada não só em arquivos de Arquitetura como também em outros acervos arquivísticos.

Lopes (2000, p. 38) alerta sobre essa questão:

ao serem incorporados a acervos bibliográficos ou museográficos [...] Os documentos de arquivo, quando integrado aos mesmos, recebem, paradoxalmente, tratamento idêntico aos livros e periódicos. [...] o acervo arquivístico é incorporado à biblioteca ou centro de documentação e tratado como se fosse formado por material bibliográfico.

As organizações envolvidas com esses acervos precisam encontrar meios que levem em consideração “as funções arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas na justa medida dos seus interesses e possibilidades. Essas funções não devem se sobrepor, e sim buscar espaços de cooperação e tratamento integral das informações contidas”. (LOPES 2000, p. 38-39).

Nesses arquivos, há uma grande tradição de se considerar os conjuntos documentais como coleções, o que, em certos casos, pode trazer perda irreparável de informação arquivística. (VIANA, 2011 p. 26).

Lopes (2000, p.259) complementa: “no Brasil, não é incomum a trágica aplicação da codificação ou da classificação de Dewey ou algo similar, tratando os documentos peça a peça, como se fossem coleções de livros ou de periódicos”.

Cabe lembrar que para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 17) “coleção é a reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica comum”.

Bellotto (2006, p. 85) distingue coleção e fundo arquivístico através da organicidade a qual “está vivamente presente na própria conceituação de fundo, é o fator que melhor esclarece a diferença entre os conjuntos documentais arquivísticos e as coleções características das bibliotecas e centros de documentação [...]”.

Diferentes de livros em uma biblioteca, que são produtos de uma atividade de coleção consciente, documentos arquivísticos têm em comum o fato de que estão vinculados aos processos pelos quais foram gerados (THOMASSEM, 2006, p. 6).

Seguindo essa lógica, Bellotto (2006) define que:

biblioteca é o órgão colecionador (reúne artificialmente o material que vai surgindo e interessando à sua especialidade) em cujo acervo as unidades estão reunidas pelo conteúdo (assunto) [...] e “museu é órgão colecionador, isto é, a coleção é artificial e classificada segundo a natureza do material e a finalidade específica do museu a que pertence (BELLOTTO, 2006, p. 38-39).

É comum ver, pela falta de conhecimento especializado, falta de tempo para pesquisa aprofundada ou motivos diversos, a divisão dos fundos de arquivos, encaminhando os documentos textuais e imagéticos para arquivos; os documentos tridimensionais para a reserva técnica de museus e os livros para bibliotecas, fazendo perder sua organicidade.

Sousa (2003) faz referência à presença de documentos não orgânicos misturados aos demais. Esta situação contraria o próprio conceito de arquivo e o princípio de manutenção da ordem original ou de procedência interna. Ou seja, o documento que não resultou de atividades que compõem a missão do seu produtor não tem relação orgânica com os demais e, portanto, não é um documento arquivístico. Ele não possui a característica de filiação às ações.

E mais adiante:

A organização, quando existe, fundamenta-se no empirismo e na improvisação. Os métodos oscilam entre a fragmentação dos dossiês de assunto, o arquivamento por espécie documental, por ato de recebimento e expedição, pela numeração etc. [...] Há casos em que esse trabalho é feito por bibliotecários. Eles criam códigos de classificação baseados na lógica e na metodologia da sua profissão. Em geral dispõem os documentos por assuntos ou pelo nome pelos quais são conhecidos e aplicam a codificação decimal extraída do método de Mevil Dewey. Uma das principais características desses instrumentos é a fragmentação das unidades

documentais. Dessa forma, tratam os documentos individualmente, como se fossem livros ou periódicos. (SOUZA, 2003, p. 259).

Ao fazer esse tipo de avaliação sobre os acervos, tratando-os como objetos de museu ou biblioteca, não lhes dando o devido tratamento arquivístico, considerando apenas assuntos ou aspectos externos (gênero e formato) dos documentos como a linha mestra, resultará na perda da organicidade e do vínculo arquivístico.

Ao optar por uma organização por gênero, assuntos ou a item documental, ignoram-se todos os aspectos referentes à Arquivologia. Quando se prioriza uma classificação por assuntos, o contexto de produção do documento é desconsiderado, perdem-se as informações sobre as ações que levaram à sua criação, as competências, as funções e as atividades das instituições, que constituíram o contexto de sua produção.

Na condição acima descrita os documentos não podem ser considerados arquivísticos, porque segundo Bellotto (2014) “outra grande característica peculiar a esses documentos, com sua natureza e caráter específicos, é a que eles não têm sentido se tomados isoladamente” (BELLOTTO, 2014, p. 302).

Os arquivos de Arquitetura dispersos pelas diversas instituições, para Viana (2015), “na maior parte das vezes, os documentos perdem a vinculação com o contexto e acabam formando apenas coleções de desenhos, plantas ou fotografias, mesmo que a origem seja de um mesmo projeto e produtor”.

Rodrigues (2006, p. 112,) diz:

a Organicidade é perdida com a fragmentação das unidades documentais. Identifica-se neste relato o desrespeito ao princípio de integridade e também à qualidade de cumulatividade, pois a organização por espécie documental ou por ato de recebimento e expedição, fatalmente, tira os documentos da sua ordem natural. Perde-se a referência que explicita a inter-relação dos documentos, descontextualiza-se o documento ignorando-se a sua dependência dos demais para oferecer significado.

A ruptura nos arquivos de Arquitetura para Cruces Blanco (2004) é “influenciada pelo fato de grande parte dos documentos gráficos que compõem [...] ser tratada como um objeto artístico. [...] um dos pretextos para separá-los do seu contexto orgânico de produção”.

Conde Villaverde (2004b, p. 132) ressalta que existe

[...] uma característica singular nos documentos de Arquitetura: uma dimensão artística que condiciona algumas rupturas no contexto orgânico dos documentos: Em muitas ocasiões, embora tratando-se de projetos oficiais que desenvolvem-se em âmbito público e por tanto o sujeito produtor seja claramente o organismo encarregado da construção de que se trata, a personalidade do arquiteto adquire uma dimensão artística e/ou técnica de tal magnitude que acaba convertendo-se em um autêntico eixo de todo o contexto, de forma que, no momento de vincular os documentos com seu entorno se obscurece o autêntico organismo produtor, e acaba-se criando uma coleção de projetos ou de plantas mais emblemáticas de um arquiteto singular. (VILLAVERDE, 2004a, p. 126, tradução nossa).

Para Silva (2017, p. 20-21):

as normas da ABNT, que possuem orientações quanto a exigências de documentos técnicos e opções de documentos para compor o projeto de Arquitetura, visam à padronização. Contudo, os projetos submetidos para aprovação ganham contornos que diferem de arquiteto para arquiteto. Elementos registrados nos documentos, notadamente nos de imagem, assumem características próprias da habilidade e estilo do profissional. [...] Desse modo, fica claro que, apesar de haver a obrigatoriedade de elaboração das fases do projeto estipuladas pela ABNT, o processo criativo e de desenvolvimento resultam na produção de documentos que dão personalidade própria ao conjunto documental [...]. Revelam-se num projeto, muitas vezes, propriedades que o levam a se constituir de documentos considerados verdadeiras obras de arte.

Em momento algum se discute o valor de obra de arte presente nesses arquivos. Há vários exemplos disso em exposições citando como exemplo a exposição “MEMÓRIA – Arquiteto, registro e obra”, organizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul, ocorrida nos dias 17 e 18 de agosto de 2017, cujas peças expostas mostravam fotos, plantas e projetos dos primeiros arquitetos e urbanistas que se têm registro no Estado.

Atualmente, percebe-se que juntamente com a fotografia, o desenho arquitetônico feito à mão é considerado uma das preciosidades que compõem um fundo de Arquitetura, já que utiliza a linguagem arquitetônica [...] (SANTOS 2014, p. 365).

A concepção dos arquivos de Arquitetura segue a ordem de sua produção e manutenção dessa ordem permite reescrever a trajetória profissional do arquiteto através do tempo. “O documento gráfico [...] pode ser visto como uma obra de arte [...], mas isso não significa que podem ser separados do restante da documentação. O valor artístico [...] deve ser visto como mais uma qualidade dessa documentação” (VIANA 2011 p. 32).

De acordo com Viana (2011, p. 33) “a organização física dos documentos relativos às construções de edifícios, habitações e planos de urbanização foi realizada com o agrupamento dos documentos pertencentes a cada projeto”.

Essa metodologia também é defendida por Fillion (1998, p. 230):

Os desenhos e os planos de Arquitetura devem, na medida do possível, ser classificados e ordenados por projeto, o mesmo acontecendo com cada uma das folhas, consoante à numeração dada pelo arquiteto ou o engenheiro, e, caso não haja numeração, conforme a sua ordem de realização.

Entretanto, as características físicas diferenciadas de alguns documentos que compõem o acervo, não permitem a aplicação dessa metodologia ao pé da letra. “A separação de documentos resultantes de um mesmo projeto gera uma ruptura que deve ser remediada com a criação de uma estrutura lógica que recrie a ordem original dessa documentação” (VIANA 2011, p. 33).

Isso gera outra forma de dispersão bastante comum que ocorre quando é feita a separação física desses documentos sem estabelecer uma forma de recuperar seu contexto orgânico de produção, subvertendo a organização original do arquivo tal como ela se estabeleceu na entidade produtora, rompendo a relação entre os documentos e o que ela poderia informar sobre o arquiteto, sua prática profissional e projetual. Independente dos motivos que expliquem esses procedimentos, a não vinculação desses documentos com o fundo dos quais foram separados os desconfiguram como documentos de arquivo.

Camargo (2003) aponta o perigo da perda das inter-relações dos documentos:

se os documentos de arquivo são desprovidos de autonomia, isto é, retiram sua autenticidade das relações que mantêm com as demais unidades que integram o conjunto, dentro do princípio de consignação que o rege, qualquer intervenção no sentido de romper seu equilíbrio originário acaba por “implodir” o próprio arquivo.

A falta de autonomia do documento, a qual a autora se refere, diz respeito à dependência do documento de arquivo dos demais que estão relacionados a ele e da sua filiação às atividades que o gerou. “Cada documento encontrará seu significado dentro do conjunto ao qual pertence desde que mantida a Organicidade do arquivo”. (RODRIGUES 2006, p. 110).

Ao comparar as ideias contidas nos livros de Schellenberg e de Rosseau e Couture, Lopes (2000, p. 300) deduz que “os arquivistas organizam fundos derivados da existência de organizações em contextos históricos-sociológicos precisos. Dividem os fundos em partes lógicas [...], sem esquecer que [...] deve ser observado o princípio da proveniência”.

Para Vieira (2005, p. 39) “[...] a ordem arquivística não carece de ser materializada, ou seja, reproduzida na ordenação dos documentos”. A estrutura física ser, ou vir a ser, diferente da estrutura lógica não é por si só, um problema.

O aperfeiçoamento do acesso aos documentos permite “representá-los de acordo com suas funções lógicas de reciprocidade, mencionando o lugar, [...], onde estes documentos possam ser encontrados. Tal representação [...] é chamada de instrumento de pesquisa [...]”. (THOMASSEM 2006, p. 10)

Vieira (2005, p. 39) conclui que

[...] encontramos inúmeros exemplos de arquivos ou de agregações arquivísticas de nível inferior - séries, processos - cuja estrutura organizativa não coincide, no todo ou em parte, com a ordem física dos documentos que os integram, encontrando-se explicitada tão-só na dimensão lógica, intelectual, através de um qualquer instrumento de descrição ou de indexação.

Finalizando com as palavras de Rodrigues (2006):

mesmo que o armazenamento físico de alguns documentos seja feito em local separado, por exemplo, por questões de conservação, a dependência desses documentos dos demais que foram produzidos e recebidos no curso das atividades

em prol da missão deverá ficar explicitada em um instrumento de pesquisa de modo a não se perder a organicidade do arquivo. Quando se retiram documentos do conjunto ao qual eles pertencem, altera-se o significado desses documentos e dos demais produzidos conjuntamente a eles. (RODRIGUES, 2006, P. 112)

3.4 O interesse pelos arquivos de Arquitetura

O projeto de Arquitetura não costuma ser visto como algo a ser preservado, não lhe é dado a devida importância considerando sua dimensão histórica, seja do ponto de vista da produção do conhecimento em Arquitetura e/ou de sua relevância cultural. Ainda é forte a percepção de que a Arquitetura só existe quando concretizada, motivo pelo qual ainda hoje a organização e preservação desses arquivos geralmente não figuraram como um problema a ser tratado ou uma aspiração a ser alcançada. Os projetos são guardados por força de lei, ou pelo caráter operativo que possuem para a conservação ou atualização quando necessários em reformas. Para alguns arquitetos são os projetos realizados (obras prontas) que testemunham sua trajetória. Porém, o olhar referente às possibilidades de uso desses documentos começa a se ampliar, conforme constata Carvalho e Silva (2016) ao afirmar que

passou a interessar aos pesquisadores não só a obra construída e o discurso do arquiteto, mas também a dimensão coletiva e temporal da Arquitetura; a sua produção; as interferências externas de outros técnicos – engenheiros responsáveis pelos projetos complementares, técnicos da Prefeitura, etc. – e dos clientes; as formas de uso e de apropriação dos edifícios pelos usuários; os problemas e desafios enfrentados na sua preservação e adaptação ao longo do tempo. (CARVALHO E SILVA, 2016 p. 53).

Esse interesse pelos acervos de Arquitetura como fonte de estudo e pesquisa, desde seu processo de concepção até a apropriação da obra, tem despertado questões que hoje orientam muitas pesquisas tanto na própria área quanto em outros campos do saber.

Os autores Conde Villaverde e Vieira (2010, p. 14)

[...] reconhecem que os arquivos de Arquitetura possuem algumas condicionantes que afetam a sua aplicação e que são: a dificuldade do acesso à informação arquitetônica; especificidade do fundo arquivístico, dos documentos arquitetônicos que geralmente apresentam estruturas complexas, linguagem, tecnologias utilizadas, códigos e métodos de inscrição no suporte muito diferentes e variados; grande parte desses documentos incorpora-se um valor artístico, um valor documental, um valor de prova, um valor financeiro e, por último, um valor patrimonial.

As etapas do projeto de Arquitetura dão origem a diferentes tipos de documentos, sendo que Peyceré (2000a) chama a atenção que “o problema está no acondicionamento dessa variedade de registros provenientes do projeto arquitetônico e na sua organização coerente, sem separar as diversas fases do projeto”.

É aplicável aos arquivos de Arquitetura o que foi dito por Vieira (2005, p. 36) de que

a decisão de arquivar [...] deverá resultar de uma avaliação da necessidade de manter no tempo a eficácia desse documento ou tipo de documentos enquanto instrumento de prova e/ou de informação quer relativamente ao acto/facto político, administrativo, técnico, etc. que lhe deu origem ou que suporta (valor primário), quer em relação a qualquer outro aspecto superveniente (valor secundário).

Conde Villaverde (2004b, p. 132, Aput Viana) destaca que “as peculiaridades destes fundos determinam, em grande parte, as condições de seu tratamento, por isso é imprescindível analisar aquelas para poder compreender estas”.

Peyceré, (2000b) enfatiza que “[...] a organização dos fundos é a maior dificuldade enfrentada pelos arquivistas e pesquisadores que selecionam o material para pesquisa - a decisão do que deve ser mantido, o que deve ser desprezado, e como será acondicionado”.

Quando se trata de organização dos acervos de Arquitetura deve-se decidir qual dos dois níveis de informação será utilizado, priorizando um deles: o conteúdo ou a proveniência dos documentos, lembrando que Jardim e Fonseca (1998) afirmam que esses níveis são:

- a informação contida no documento de arquivo, isoladamente;
- e a informação contida no arquivo em si, naquilo que o conjunto, em sua forma, em sua estrutura, revela sobre a instituição ou sobre a pessoa que o criou (p. 371).

A forma de organizar deve respeitar os princípios arquivísticos, permitindo o acesso às informações contidas nos documentos arquivísticos sem que isto prejudique o acesso à informação sobre a origem do documento. Entre as formas de organização identificadas estão: a organização pelos princípios arquivísticos; organização por projeto; e organização por arranjo físico e lógico.

A compreensão do conceito de arquivo é necessária para saber como ocorre a produção documental, “de uma área especializada como a dos arquivos de Arquitetura, [...] que muitas vezes se confundem documentos de Arquitetura com ‘coleções de Arquitetura’ centrada no documento relegando o todo sistêmico em que se insere”. (Silva 2016, p. 14)

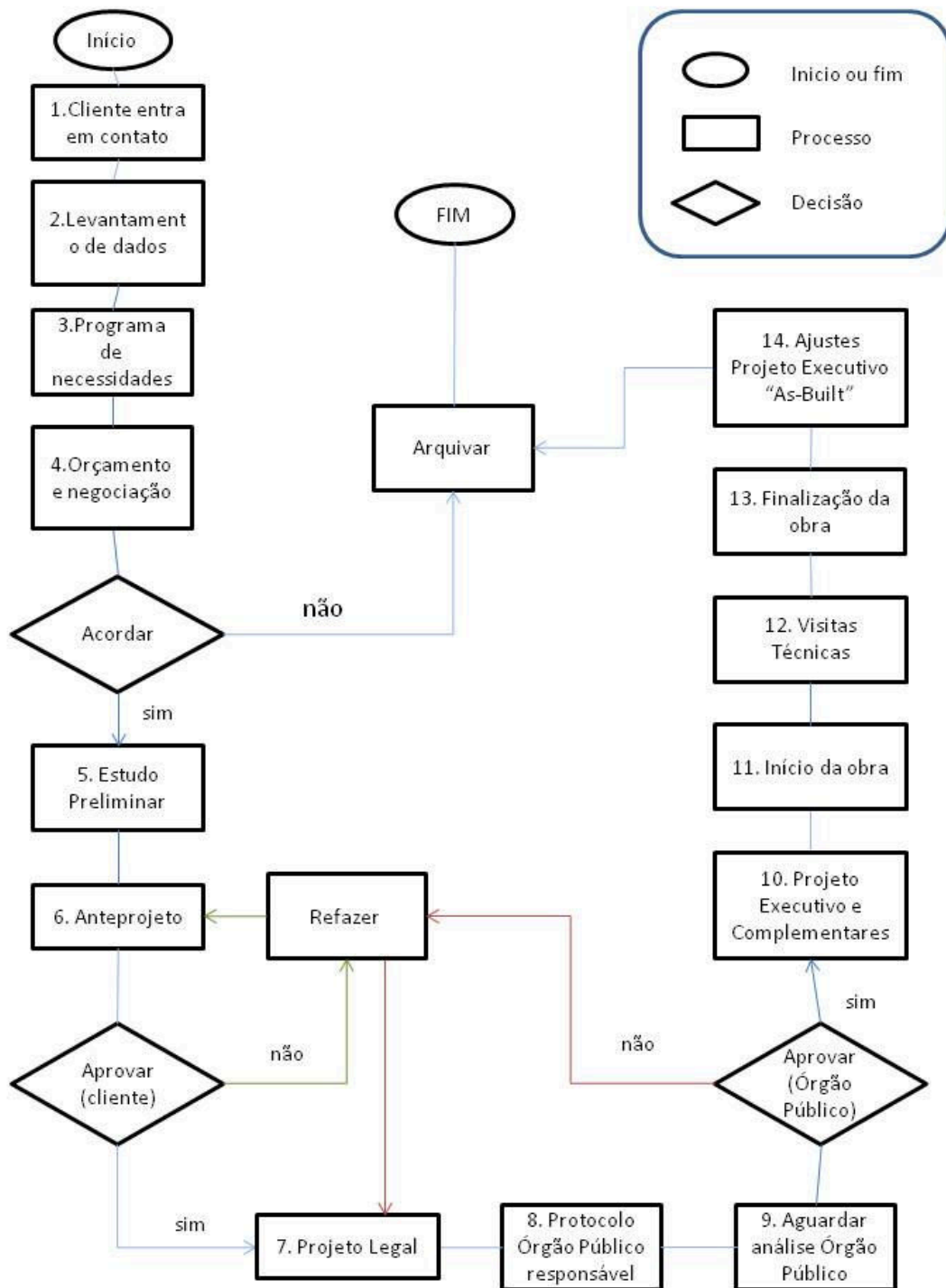
O princípio do respeito aos fundos de arquivos presente nos “arquivos de Arquitetura, como em qualquer outro arquivo, [...] é aplicado de forma que os documentos que tenham relações orgânicas entre si sejam mantidos agrupados”. (VIANA 2011, p. 31)

Os documentos estão vinculados aos processos pelos quais foram gerados, o que os torna arquivísticos, preservando assim a inter-relação originada em seu processo de criação e/ou acumulação, o que permite a manutenção da relação das informações e dos documentos com a ordem estrutural interna das organizações.

Viana (2011, p. 32) ainda complementa que “[...] a alteração na ordem original dada pelo seu produtor acarretará em prejuízo de inteligibilidade da informação que os mesmos contêm”.

Diante do já exposto sobre o projeto de Arquitetura, foi elaborado um fluxograma informacional (Figura 6) o qual demonstra o fluxo dos processos da produção documental em Arquitetura desde sua criação até o arquivamento.

FIGURA 6 - Fluxograma Informacional



Fonte: Elaborado pela autora.

Pode-se constatar a presença de uma seqüência lógica na produção dos documentos ao observar a Figura 6 e o Apêndice 1, o que comprova não se tratar de acúmulo feito de forma aleatória e sem sentido, mas sim, sistêmica e cronológica, o qual a ausência de uma das etapas ou dos processos não permite avançar para a próxima, esse vínculo estabelecido é o que chamamos de organicidade, característica essencial para fundos arquivísticos.

A elaboração do projeto arquitetônico para Viana (2011) gera várias atividades correlatas e por conseqüência produzem documentos que comprovam e relatam a realização das suas etapas. O autor alerta que a documentação produzida só vai manter seu significado quando for mantido o contexto da produção. Entre outras palavras, deve-se respeitar a proveniência e a ordem original para poder compreender seu significado administrativo e histórico.

Silva (2016, p. 14) reforça que “perde-se a relação orgânica dos documentos que nascem durante a atividade e funções realizadas pela pessoa ou instituição que os produziu” ao valorizar “aspectos como a reunião de documentos segundo características comuns”.

Reorganizar esses arquivos, desconsiderando os princípios arquivísticos da ordem original, proveniência e organicidade, descaracteriza-o como fundo de arquivo e o transforma em uma coleção.

Viana, (2011 p. 32) destaca que:

A organização por meio dos princípios arquivísticos, tendo como espinha dorsal a proveniência e a ordem original, determina que independente da forma ou formato dos documentos, esses devem ser organizados e arquivados obedecendo a sua ordem de produção e respeitando sua acumulação natural e orgânica. A manutenção dessa ordem interna do documento arquivístico possibilita, no futuro, a compreensão da história da trajetória profissional do arquiteto

Cabe ressaltar as palavras de Viana (2011, p. 31): “Embora o princípio do respeito aos fundos de arquivos seja reconhecido como uma grande ferramenta na organização de arquivos, sua aplicação tem gerado dúvidas frequentes”.

Carvalho e Silva (2016) definem a existência de dois tipos de arquitetos: o primeiro seria o arquiteto dono de empresas, vinculado à atividade construtora e imobiliária, guiado apenas pelos interesses comerciais; e o segundo seria o profissional liberal, independente, dono de um pequeno escritório, e geralmente envolvido em encomendas públicas de alcance social.

Aprofundando esse assunto como já citado antes, o Manual do Arquiteto e Urbanista classifica o arquiteto em três tipos: prestador de serviços; empregado ou servidor público. Cada um gera acervos de arquivos diferentes entre si, não só em suas estruturas, mas como na organização, manutenção e guarda desses acervos.

Ao se tratar do profissional autônomo (prestador de serviços), Silva (2016, p. 15) ressalta que os arquivos “refletem a vida de um arquiteto - Arquivos de Arquitetos -, não só no contexto profissional no âmbito da Arquitetura e outras atividades, mas também no contexto familiar e/ou pessoal. Podem constituir arquivos pessoais ou arquivos de família”.

Deve-se ater ao fato de que, ao lidar com esses acervos advindos dos arquitetos ou de sua família, geralmente por doação, existem documentos produzidos e acumulados pelo arquiteto de forma isolada ou agregados pela família durante sua custódia, como existem documentos produzidos durante sua atividade profissional nos respectivos escritórios que possui um caráter empresarial.

Neste tipo de acervo se encontra documentos tais como fotos, revistas, jornais e entrevistas, que não estão ligados diretamente à produção documental de suas atividades, porém fazem parte da sua história como profissional. É comum aplicarem o tratamento de arquivos pessoais e não de arquivos especializados de Arquitetura nesses fundos arquivísticos.

Em relação ao profissional visto como empregado, este estará sujeito a projetos de Arquitetura contratados por clientes em escritórios. A forma de executá-los diferencia do autônomo, pois as etapas são definidas e executadas em separado, mas de modo coordenado, geralmente por dois ou mais profissionais responsáveis por sua concepção, direção e detalhamento, numa organização sequencial e hierárquica.

Assim, ao contrário do autônomo que faz todas as etapas, desde atividades criativas até as funções administrativas, nos escritórios cada fase e seu detalhamento são realizados por um profissional ou um conjunto de profissionais específicos.

O que traz outra forma de organizar os esses arquivos: por projeto, ou seja, organização física dos documentos relativos às construções de edifícios, habitações e planos de urbanização é feita agrupando os documentos pertencentes a cada projeto.

Fillion (1998, p. 230) propõe que

os desenhos e os planos de Arquitetura devem, na medida do possível, ser classificados e ordenados por projeto, o mesmo acontecendo com cada uma das folhas, consoante à numeração dada pelo arquiteto ou o engenheiro, e, caso não haja numeração, conforme a sua ordem de realização.

Seguindo essa linha de pensamento, Agopyan (2001) ressalta “cada edifício pode apresentar uma realidade distinta, com elementos funcionais, instalações, orçamentos e prazos específicos”. Cabe lembrar que as edificações trazem consigo as técnicas, pensamentos e comportamentos da época em que foram criadas.

Há pouca exploração sobre essa forma de organização na literatura pesquisada, tendendo a tratá-los como fundos de arquivo do arquiteto que os criou e não o projeto

(local/obra/construção) em si, muitas vezes recebendo o tratamento de arquivos pessoais em vez de arquivos especializados de Arquitetura.

O desmembramento dos acervos por projetos, comum em acervos advindos de escritórios, para inseri-los em fundos dos respectivos arquitetos, gera, inevitavelmente, a perda das inter-relações dos documentos, ou seja, extingue-se a dependência do documento de arquivo dos demais que estão relacionados a ele e da sua filiação às atividades que o gerou.

Por último, o arquiteto como servidor público é submetido ao regime profissional estatutário, sendo regido por legislação própria de cada Ente Federativo e de cada Poder a qual estão vinculados.

A produção documental deste profissional fica sob a responsabilidade do Órgão Público ao qual está subordinado. Atualmente as obras de reforma e construção são em sua maioria por licitações e executadas por outras empresas, mas o planejamento, fiscalização e gerenciamento das obras geralmente são realizados pelos servidores públicos (engenheiros e arquitetos) do órgão contratante.

Neste caso, raro algumas exceções, os arquivos de Arquitetura são tratados da mesma forma que os outros arquivos das Instituições Públicas encarando os mesmos problemas recorrentes nesses Órgãos, explicitados por Souza (2003):

[...] A disposição da documentação existente nos setores de trabalho dos órgãos é invariavelmente abandonada nesses depósitos de massas documentais acumuladas. [...] As soluções encontradas resumem-se, em muitos casos, na microfilmagem sem critérios predefinidos. Transfere-se para outros suportes a desorganização existente nos suportes originais. Observa-se, hoje, a substituição desse processo pelo de digitalização (p. 264).

Seguindo essa linha Gutiérrez (2001, p.1) menciona que é grande o número de “Arquivos Públicos, [...] destruídos ou dizimados pela falta de cuidado [...], as periódicas "queimas" em busca de espaço e suposta limpeza de material "inútil" ou o eventual roubo pelos usuários”.

Viana (2012, p. 65) finaliza essa parte ao constatar que

os arquivos de Arquitetura tem carecido de uma custódia específica, excetuando-se os arquivos públicos [...], nos quais foi necessário preservá-los devido ao caráter operacional das plantas arquitetônicas. [...] reflete-se em documentos acumulados e armazenados de forma irregular, destruídos ou dizimados pela falta de tratamento técnico-documental, ou pela busca de otimização de espaço físico, que atestaria o descarte “selvagem” dos documentos supostamente inúteis.

Os documentos com formatos físicos e representações gráficas dificultam a organização e o tratamento documental arquivístico ao levar ao pé da letra o princípio da ordem original, podendo trazer sérias consequências para a conservação dessa documentação a longo prazo.

Deve-se ter cautela ao aplicar os princípios arquivísticos nos arquivos de Arquitetura, pois, “por exemplo, as características físicas dos documentos arquitetônicos (grandes dimensões e suportes físicos variados) fazem com que ocorram rupturas na ordem original que pode, no entanto, ser restabelecida com o uso dos instrumentos de pesquisa”. (VIANA, 2011 p. 36-37).

Paes também reforça o fato dos documentos especiais serem diferenciados dos tradicionais por conta de sua forma física. Sendo que, o documento especial necessita de tratamento especial, diferente do documento tradicional, com enfoque na preservação ao ser abordado o armazenamento, acondicionamento, conservação. Exemplo disso é o caso de fotografias e negativos, presentes nos projetos de Arquitetura, exigem armazenamento diferente das plantas que compõe o mesmo arquivo de Arquitetura.

Sendo assim, “a separação de documentos resultantes de um mesmo projeto gera uma ruptura que deve ser remediada com a criação de uma estrutura lógica que recrie a ordem original dessa documentação”. (VIANA, 2011, p. 33)

Levando em consideração sua forma física diferenciada, Schellenberg nos alerta ao fato dos materiais especiais serem tratados como peças individuais e isoladas de seu contexto. O autor ratifica a tese de Thomassem da separação física e lógica (orgânica) dos documentos especiais com os demais documentos de um fundo de arquivo, por conta da preservação, conforme o que segue:

Outro princípio básico dos planos de arranjo é manter os grupos [fundos] como unidades integrais. A lógica que determina a criação dos grupos [fundos] exige que os documentos em cada um deles, sejam conservados juntos sem que se misturem aos mesmos documentos de outros grupos [fundos]. Só se admite que se retirem documentos de um grupo [fundo] quando haja uma parte que requeira equipamento especial, ou quando são classificados como de segurança, caso em que não podem ser conservados juntos com o corpo principal do grupo [fundo] a que pertencem. (p.224)

Vieira (2005, p. 36-37) questiona se

[...] tornar explícita e persistente a relação entre os documentos e os correspondentes contextos administrativos de produção [...] para conservar, no tempo, os atributos essenciais desses documentos - [...] a sua integridade e o seu caráter autêntico - e, [...] promover a sua eficácia como instrumentos de prova e informação, será [...] errado considerar que a ordenação física dos mesmos respeitando a sequência da sua produção [...] seja o único método para o atingir.

Assim temos a organização de arranjo físico e lógico defendida por Thomassem (2006) de que a estrutura lógica ou disposição dos documentos em um arquivo “é um reflexo das relações funcionais entre os documentos dos quais estes arquivos são constituídos”.

Thomassem, (2006) ainda ressalta que a estrutura lógica e a física podem ser a mesma em que todos os registros que documentam o mesmo processo de trabalho são mantidos na mesma prateleira do mesmo armário. Mas geralmente o que está fisicamente separado não está logicamente agregado e vice-versa.

Vieira (2005, p. 37) reforça

“[...] essa relação essencial entre documento e seu contexto administrativo é muitas vezes produzida com recurso, por exemplo, à descrição e à indexação. [...] a ordem natural de um arquivo é assegurada de forma intelectual, [...] através de instrumentos de descrição e de índices, enquanto que a classificação reproduzida ou não pela ordenação física é usada para arquivar e escorar outras ordens, [...] para fazer face às necessidades e contingências específicas de conservação, acesso e utilização de documentos e informação que, [...] através da acumulação natural dos documentos, [...] não seriam satisfatoriamente acauteladas”.

Viana (2011, p. 33) finaliza que “[...] através de um instrumento de pesquisa em meio digital, reúne os fundos [...], de forma que, mesmo estando fisicamente separados, os documentos [...] possam ser recuperados e a sua proveniência e ordem original mantidas”.

Segundo Duchein (1986), a elaboração de instrumentos de pesquisa pode corrigir o rompimento da ordem original dos documentos, sendo criada uma ordenação física e uma ordenação lógica da documentação

Assim, pode-se “[...] separar fisicamente os documentos especiais, em determinados suportes, dos outros que compõem o fundo de arquivo, por conta da forma de preservação específica, mantendo-se o inter-relacionamento entre estes documentos”. (Vieira 2014, p. 65)

Dessa forma, o vínculo orgânico com os demais documentos que compõem o fundo de arquivo é mantido mesmo com a separação física dos documentos, independente da sua linguagem, formato e suporte.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ARQUITETURA, OS ARQUIVOS E A ARQUIVOLOGIA

A Arquitetura é presença constante no nosso dia-a-dia, basta voltarmos nossos olhos ao ambiente em nossa volta que nos deparamos com os resultados de suas atividades, desde obras em andamentos até as casa e prédios já prontos.

O interesse na produção documental gerada pelas atividades exercidas pelos profissionais da área de Arquitetura é recente no Brasil apesar de já ser bem conhecida no âmbito internacional, em especial para alguns países europeus onde é forte a visão da Arquitetura como arte.

Diante desse cenário, propôs-se através dessa pesquisa determinar como a Arquitetura vê e trata sua produção documental; quais suas particularidades e qual a relação entre a forma como são organizados e os princípios arquivísticos aplicáveis a todo e qualquer acervo dotado de características de arquivo.

Trata-se de uma revisão de literatura, começando pelos conceitos de arquivos especiais e especializados de Arquitetura, seguindo pela análise do tratamento dado a esses arquivos, os princípios aplicados e a forma de organizar e ordenar arquivisticamente com a finalidade de evitar equívocos ou perdas.

O problema se manifesta ao perceber que a maior parte dos arquivistas não tem conhecimento sobre esses arquivos ou envolvimento com os mesmos, sem saber como lidar com eles. A situação se agrava com o desinteresse dos arquitetos em manter esses arquivos além do tempo exigido por lei, pois a maioria desconhece o valor que tais arquivos possuem ou não sabem a forma adequada para tratá-los e conservá-los quando mantidos sob sua guarda. Esses arquivos não são escassos, tem produção constante no nosso dia a dia, e em algum momento, o arquivista vai se deparar com esse fundo documental e deverá saber o que fazer.

O assunto é amplo e pouco explorado e esse desconhecimento pode gerar perdas irreversíveis nesses fundos arquivísticos se não tratados adequadamente. A organização inadequada dessa documentação pode trazer uma descontextualização, que resultará em perda de informação.

Conforme registrado nesta pesquisa, tentou-se responder o que são arquivos de Arquitetura; como são produzidos, acumulados e organizados de acordo com os preceitos arquivístico; se há dispersão documental e se sim como diminuí-la ou evitá-la.

Os documentos de Arquitetura possuem características diferenciadas que fazem necessário se ater com mais atenção no que se refere a sua conservação, preservação e seu tratamento documental.

Em sua forma física demonstram uma enorme diversidade de suportes, alguns frágeis ou de grande dimensão, e ao focar em seu conteúdo informacional percebe-se que possuem terminologia, linguagem e representações gráficas próprias.

A imensa diversidade de materiais (plantas, fotos, esboços, detalhes técnicos, especificações) que os compõem, torna necessário levar em consideração a preservação e conservação de tais registros. Além do mais, deve-se ater ao fato de não haver no Brasil uma consciência sobre o valor real e informacional que esses documentos carregam.

Nem sempre os documentos arquitetônicos possuem identificação que mostre suas etapas, por isso a parceria do arquivista com um profissional da área de Arquitetura, ou um estudo bem aprofundado sobre o tema é imprescindível para conseguir ler e interpretar esses documentos e aplicar o conhecimento arquivístico de forma plena e satisfatória.

É preciso expor, analisar e discutir os arquivos de Arquitetura pela ótica da Arquivologia, aplicando seus princípios, considerando as peculiaridades dos documentos advindos das funções exercidas pelo arquiteto e determinando a melhor forma de organizá-los e preservá-los para garantir seu acesso e a utilização, ao longo do tempo.

Foi feito um comparativo entre os autores da área de Arquivologia para definir os conceitos de arquivos especiais e especializados e as diferenças entre si. Ao verificar legislação em vigor da profissão reforçou seu caráter exclusivo e padronização dos documentos em formatos específicos, o que permitiu concluir que os arquivos de Arquitetura são especiais por seus documentos em formato e suportes diferenciados e especializados por seus documentos resultarem da experiência humana num campo específico.

Definiu-se os princípios arquivísticos que regem a intervenção dos arquivos e seus conceitos. Destacou-se que os princípios de respeito aos fundos, de proveniência, manutenção e da ordem original são considerados princípios por todos os autores analisados, enquanto a indivisibilidade, cumulatividade, a unicidade e a organicidade são consideradas princípios apenas por alguns autores.

Tentou-se estabelecer o conceito de Arquitetura e quais são as atividades exercidas por esse profissional para assim determinar sua produção documental e a forma como é acumulada para assim ver como deve ser tratada arquivisticamente.

O acervo técnico é o termo utilizado pela Arquitetura para definir o que a Arquivologia classifica de arquivos de Arquitetura sob a custódia do arquiteto. O acervo

documental de Arquitetura é importante, pois conta a história desde a origem, as transformações que ocorreram no seu espaço físico e a influência que causou não somente em seu entorno, mas também na sociedade.

Os arquivos de Arquitetura compõem um conjunto coeso e harmônico, espelho das atividades e da função de um produtor em específico (arquiteto), ou seja, os arquivos são criados de forma orgânica. O projeto de Arquitetura deve ser feito de maneira confiável e íntegra para que seja aprovado pelos órgãos competentes e satisfaça as expectativas do cliente.

Explorou-se a definição de documentos de Arquitetura e arquivos de Arquitetura, sendo o processo de produção desses acervos chamados de projeto de Arquitetura. Não houve um consenso ou padronização referente às etapas do projeto de Arquitetura entre os autores que versam sobre o assunto, porém se mantém coesos em alguns pontos, sendo distintas, mesmo com nomes diferentes, cinco fases: Levantamento; Estudo prévio/preliminar; Anteprojeto; Projeto de Execução e Acompanhamento da obra

Percebeu-se também que os autores arquivistas dividem o projeto em três etapas - estudo preliminar, o anteprojeto e o projeto de execução; enquanto os autores de Arquitetura, apesar de não ser um consenso, ampliam essas etapas de cinco até sete fases - Levantamento, Estudo Preliminar, Anteprojeto, Projeto Legal, Projeto de Execução, Acompanhamento de Obra e Acompanhamento de Uso, considerando essa última mais completa e adequada para o tratamento desses acervos documentais conforme foi desenvolvido na pesquisa ao estudar a produção documental em e pela Arquitetura.

Tratou-se da dispersão documental ocorrida nesses fundos, sendo elas advindas de situações diversas, tais como o descaso dos profissionais em gerir e guardar esses arquivos além do determinado por lei; a doação pura e simples para diversas instituições custodiadoras sem o cuidado de não desmembrá-los; a pouca literatura escrita sobre como lidar com esses acervos apesar do crescimento de eventos e palestras sobre o assunto nos últimos anos; e por último o tratamento dado a esses arquivos como coleção, comum por seus formatos e valor de arte que adquiriu atualmente. Dispersões estas, as quais se tentaram determinar os motivos que as causaram e a melhor forma de eliminá-las, ou se não, ao menos diminuí-las.

Foi constatado que o arquiteto pode assumir três tipos de relação de trabalho que geram acervos de Arquitetura diferenciados entre si, que são o autônomo, o empregado e o servidor público. Assim essa pesquisa analisou o tratamento aplicado aos arquivos de Arquitetura para poder responder se devem ser vistos como arquivos pessoais do arquiteto/engenheiro que os

produziu; como coleções dado o valor artístico que possuem ou devem ser mantidos ligados pelo local que os originou contando sua história no decorrer do tempo.

Faz-se necessário para um maior aprofundamento desse ponto através de entrevistas com um profissional de cada tipo (autônomo, o empregado e o servidor público) avaliando e elencando as diferenças e semelhanças de cada acervo gerado para assim determinar a melhor forma de organizar e tratar cada um deles.

Discutiu-se o tratamento dado a esses arquivos respeitando os princípios arquivísticos, levando em conta os documentos com formato e suporte diferentes dos tradicionais sendo separados fisicamente, mas mantendo o vínculo através de algum instrumento de pesquisa que o restabeleça. Para pesquisas futuras, sugere-se fazer um comparativo entre acervos arquivísticos (organicidade) e documentação museológica (formação de coleções), tendo como ponto de partida o Comitê Internacional de Documentação - CIDOC ICOM.

Ainda sobre o tratamento dado aos fundos de Arquitetura constatou que alguns advindos de arquitetos continham documentação pessoal, o que torna comum serem tratados como arquivos pessoais dos mesmos, enquanto os advindos de escritórios estavam acumulados por projeto, o que demonstra outro tipo de organização, essas peculiaridades devem ser levadas em conta quando lidar com esses arquivos, tendo como sugestão fazer um estudo de caso para avaliar como foi feito o tratamento do acervo do Arquiteto Theo Wiedersphan sob a guarda da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no DELFOS – Espaço de Documentação e Memória, com a colaboração com o curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade.

Outro ponto a ser explorado é a visão desses fundos como patrimônio cultural que devem ser protegidos, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras, tendo como fonte de pesquisa o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), tendo como ponto inicial o cadastro de projetos de Arquitetura para reabilitação e restauro.

Observou-se como é complexa sua elaboração, o que exige uma gestão documental eficiente e funcional na sua organização, desde a produção do documento até sua eliminação ou guarda permanente.

Percebeu-se a necessidade de estabelecer políticas de gestão que auxiliem na organização e manutenção desses arquivos enquanto sob a guarda do ente produtor, determinando formas de arquivamento adequadas para a menor perda possível de informações, respeitando as características específicas desses arquivos.

Ressaltou-se a importância de um sistema de retroalimentação dos processos de projeto (feedback) para que as informações registradas sirvam para aprimorar projetos futuros, ou seja, criar uma fonte de pesquisa com a documentação existente, o que reforça a necessidade de manutenção e preservação dos acervos além do prazo legal.

Ficou evidente na pesquisa a necessidade da criação de um banco de dados de nacional para armazenar as informações (projetos) para que possa acessar de forma rápida e cruzar os dados de diferentes fontes, evitando assim problemas de autenticidade e integridade dos arquivos, o que facilitaria restabelecer sua proveniência e ordem original quando se fizer necessário.

Notou-se a existência do vínculo arquivístico entre os documentos, estabelecido no momento da sua produção e/ou no decurso/desenvolvimento da atividade ou função ao qual foi criado, ficando claro não se tratar de acúmulo de forma aleatória, mas sim, orgânica, ao preservar inter-relação originada durante sua criação e/ou acumulação e a manutenção da relação das informações e dos documentos com a ordem estrutural interna das organizações.

Concluiu-se que deve ser trabalhado o desenvolvimento de literatura escrita por ambas as disciplinas (Arquivologia, Arquitetura) sobre os arquivos de Arquitetura, além da conscientização dos arquitetos para o valor informacional desses acervos.

Existe muito a ser explorado e discutido sobre esse tema. A intenção é despertar o interesse para os arquivos de Arquitetura, evidenciando seu potencial como opção para o campo de pesquisa/trabalho em Arquivologia.

Afinal, não basta “saber muito” de algo se isso, por si só, não contribuir para a manutenção e melhoria do ente produtor. O “saber” deve ser administrado e bem aplicado para fazer a diferença.

As informações obtidas foram de grande importância para o tema abordado e para o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa, porém não foram esgotadas todas as possibilidades de abordagem do tema, existindo outros aspectos para serem analisados, não se teve a intenção de ser conclusiva nas questões levantadas, mas sim instigar o diálogo e o interesse nesse tema que se mostra urgente e necessário.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Vanessa Rocha de. Retroalimentação de projetos: levantamento das práticas realizadas por empresas do setor da construção civil na cidade de São Paulo. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em MBA em Tecnologia e Gestão da Produção de Edifício) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.
- AGOPYAN, V. Números do desperdício. *Téchne*, n. 53 - ago, 2001.
- ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. Dicionário ilustrado de Arquitetura. 2. ed. São Paulo: ProEditores, 2000, 670 p. il.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Representação de projetos de arquitetura - NBR 6492. Rio de Janeiro, 1994.
- _____. Seleção e contratação de serviços e obras de engenharia e arquitetura de natureza privada - NBR 5670. Rio de Janeiro, 1977.
- _____. Participação dos intervenientes em serviços e obras de engenharia e arquitetura - NBR 5671. Rio de Janeiro, 1990.
- _____. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - NBR 9050. Rio de Janeiro, 2015.
- _____. Elaboração de projetos de edificações – atividades técnicas - NBR 13531. Rio de Janeiro, 1995.
- _____. Elaboração de projetos de edificações – arquitetura - NBR 13532. Rio de Janeiro, 1995.
- _____. Elaboração do “como construído” (as built) para edificações - NBR 14645-1. Rio de Janeiro, 2005.
- _____. Edificações Habitacionais – Desempenho. (2013) - dividida em seis partes: (1) requisitos gerais; (2) sistemas de estrutura, (3) de pisos, (4) de vedações verticais, (5) de coberturas e (6) sistemas hidrossanitários. - NBR 15575. Rio de Janeiro, 2013.
- _____. Reforma em edificações – Sistema de Gestão de Reformas – Requisitos - NBR 16820. Rio de Janeiro, 2015.
- _____. Gestão da Qualidade – diretrizes para a qualidade no gerenciamento de projetos - NBR ISO 10006. Rio de Janeiro, 2000.
- AZEVEDO, Marlice N. S. Movimentos possíveis para institucionalizar o diálogo entre Arquivologia e Arquitetura. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Arquitetura e documentação, novas perspectivas para a história da Arquitetura*. 1. ed. Belo Horizonte: IEDS, v. 1, 2011.
- _____.de. O DOCOMOMO e os acervos do movimento brasileiro. Rio de Janeiro: Cadernos do PROARQ-FAU-UFRJ, 2008, 114p.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivística - objeto, princípios e rumos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.
- _____. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 4. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. A especificidade da “Informação Arquivística”. In: _____. Arquivo, estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014b

BERTEZINI, A. L. Métodos de avaliação do processo de projeto de Arquitetura na construção de edifícios sob a ótica da gestão da qualidade. Tese de dissertação de Mestrado em Engenharia na Faculdade Escola Politécnica da USP. São Paulo, 2006.

BISELLI, Mario. Teoria e prática do partido arquitetônico. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 134.00, Vitruvius, jul. 2011 .

BLANCO, Manuel. Los archivos de Arquitectura. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS DE ARQUITECTURA, 1, 2004, Alcalá de Henares, ESP. Comunicaciones y documentos... [S. l. : s.n.], 2003, p. 5-11.

_____. Os Arquivos de Arquitectura: relato das iniciativas internacionais. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS DE ARQUITECTURA, 1, 2004, Alcalá de Henares, ESP. Archivos de arquitectura: documentos para el debate... [S. l. : s.n.], [s.d.]. p. 59-66.

BOTTALLO, Marilúcia. A informação no museu. In: I Seminário Serviços de Informação em Museus, 2011.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A Formação do homem moderno vista através da Arquitetura. Belo Horizonte: UFMG, 1999^a

BRANDÃO, Ana Maria de Lima; LEME, Paulo Tarso R. Dias Paes. Documentação especial em arquivos públicos. *Revista Acervo. Arquivo Nacional: Rio de Janeiro. v.1, n.1, jan.-jun./1986. p. 51-59*

BRASIL. Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112378.htm>. Acesso: 20 Out. 2017.*

_____. Decreto nº 23.569, de 11 de Dezembro de 1933. Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de aqrimensor. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23569.htm>. Acesso: 20 Out. 2017.

_____. Resolução 21, de 5 de abril de 2012. Dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/resolucao21/>>. Acesso: 20 Out. 2017.

_____. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Lei 8.078 de 11/09/90. Brasília, Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso: 20 Out. 2017.

CAMARGO, A. M. D. A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.). Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996. 142p.

CAMARGO, Ana Maria de A. Sobre o valor histórico dos documentos. *Revista do Arquivo de Rio Claro. Rio Claro (SP): n.1, 2003.*

CARDINAL, Louis (org.) A Guide to the archival care of architectural records 19th20th Centuries. Paris, International Council on Archives - ICA, 2000.

CARRASCAL SIMON, Andreu; GIL TORT, Rosa Maria. Los documentos de arquitectura y cartografía: qué son y cómo se tratan. Gijón: Ediciones Trea, 2008. 147 p.

- CARVALHO, Gisele Melo de; HALASZ GÁTI, Andréa; MOREIRA, Fernando Diniz; OLIVEIRA, Veronice. O desafio da conservação dos acervos particulares de arquitetos modernos: o caso do inventário Janete Costa. *Revista CPC*. São Paulo, 2015. N. 20, p. 137-158.
- CARVALHO E SILVA, Joana Mellode. Um acervo, uma coleção e três problemas: a Coleção Jacques Pilon da Biblioteca da FAUUSP. *Anais do Museu Paulista*, vol. 24, núm. 3, septiembre-diciembre, 2016, pp. 45-70. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil
- CERVANTES, Gumaro Damián. *Los documentos especiales no contexto da arquivística*. México: México, 2008.
- CONDE VILLAVERDE, Maria Luisa; VIEIRA, João. Introducción. *International Journal on Archives - COMMA*, Paris, 2010.
- _____. Los modelos europeo y americano en el tratamiento de la documentación arquitectónica: Los archivos estatales y las colecciones. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS DE ARQUITECTURA, 1, 2004, Alcalá de Henares, ESP. *Actas del I Congreso Internacional de Archivos de Arquitectura...* Alcalá de Henares: Tf editores, 2004a. p. 126-129.
- _____. El Archivo General de la Administracion: una experiencia de tratamiento de grandes volúmenes de series documentales de arquitectura, urbanismo e ingeniería, en la etapa contemporánea. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS DE ARQUITECTURA, 1, 2004, Alcalá de Henares, ESP. *Actas del I Congreso Internacional de Archivos de Arquitectura...* Alcalá de Henares: Tf editores, 2004b. p. 129-141.
- COLIN, Silvio. *Uma Introdução à Arquitetura*. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2000.
- CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. *Manual do Arquiteto e Urbanista / Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil*. 2ª ed. – Brasília: CAU/BR, 2015.
- COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. *Informação arquivística*, Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jul./dez. 2012, p. 123-148.
- COSTA, Lúcio (1902-1998). *Considerações sobre arte contemporânea (1940)*. In: Lúcio Costa, *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. 608p.il.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. 451p.
- CRUCES BLANCO, Esther. Normas y disposiciones para el conocimiento de los archivos de arquitectura e ingeniería. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS DE ARQUITECTURA, 1, 2004, Alcalá de Henares, ESP. *Actas del I Congreso Internacional de Archivos de Arquitectura...* Alcalá de Henares: Tf editores, 2004. p. 75-80.
- DOCUMENTO básico: normas para elaboração de projetos de edificações – arquitetura – Procedimento. *Revista Projeto*, São Paulo, n. 125, set. 1989.
- DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr.1982/ago.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, 1994. p. 49-64.
- FERREIRA, Patrícia. *Desenho de Arquitetura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2008, 134 p.

- FILLION, Chantale. Os tipos e os suportes de arquivo. In: ROSSEAU, Jean-Yves; Carol; DUCHARME, J. et. al. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa COUTURE: Dom Quixote, 1998. Cap. 8, p. 227-243.
- FORMOSO, Carlos T. et al. Gestão da Qualidade no Processo de Projeto. Porto Alegre, 1998. NORIE, UFGRS.
- GUTIÉRREZ, Ramón. Os arquivos de Arquitetura no contexto latino-americano. Disponível em: < <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/01.008/933/pt>>. Acesso em: 20 Out. 2017.
- JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-95). In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (Orgs.). A formação do arquivista no Brasil. Niterói: Eduff, 1999c.
- JENKINSON, Hilary. A Manual of Archive Administration. London : Percy Lund, Humphries, 1965.
- KATO, Volia Regina Costa. Reflexões sobre o fazer arquitetônico. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2012
- LOPES, Luís Carlos. A Nova Arquivística na Modernização Administrativa. Rio de Janeiro: Pojecto, 2000.
- _____. O lugar dos arquivos na Cultura Brasileira. Ciências & Letras: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Porto Alegre, n. 31, jan./jun. 2002. p. 177-186.
- LUTZ, C. C.; SOMAVILLA, Raone. TRATAMENTO DOCUMENTAL EM ARQUIVO ESPECIALIZADO: projetos de Arquitetura e engenharia da Universidade Federal De Santa Catarina. Revista Analisando em Ciência da Informação, v. 4, p. 857-872, 2016.
- MELHADO, S. B. Qualidade do projeto na construção de edifícios: aplicação ao caso das empresas de incorporação e construção. 1994. Tese (Doutorado em Engenharia) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MELHADO, Silvio B. Gestão, Cooperação e Integração para um Novo Modelo Voltado à Qualidade do Processo de Projeto na Construção de Edifícios. São Paulo, 2001. Tese (Livro-Docência). Escola Politécnica, Universidade de São Paulo.
- MOLINA NORTES, Juana; LEYVA PALMA, Victoria. Técnicas de archivo y tratamiento de la documentación administrativa. Guadalajara: ANABAD Castilla-La Mancha, 1996. 216 p.
- MONTENEGRO, Gildo. Desenho Arquitetônico. 3. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1997.
- NEVES, Laert Pedreira. Adoção do partido na arquitetura. Salvador, Edufba, 1998.
- NIEUWENHUYUSEN, Andrée Van; PEYCERÉ, David. Types of Architectural Records. In: INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. A guide to the archival care of architectural records: 19th-20th centuries. Paris: International council on archives, 2000. p. 21-40. Disponível em: Acesso em: 03 jul. 2007.
- OLIVEIRA, Rogerio de Castro. Tomando partido, dando partida: estratégias da invenção arquitetônica. In: CANEZ e SILVA, Composição, Partido e Programa: uma revisão crítica de conceitos em mutação. Porto Alegre: Ed. UNIRITTER, 2015.
- PAES, Marilena Leite. Arquivo Teoria e Prática. 3 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 1997. 225 p.
- PALLASMAA, J. Os olhos da pele: a Arquitetura dos sentidos. Porto alegre: Bookman, 2011.

PEYCERÉ, David. (a) La vie du projet: composition type d'un dossier d'archives d'architecture. La Gazette des archives (Association des archivistes français), n° 190-191, 3e et 4e trimestres 2000, p. 205-220

_____. (b) Propositions de tri dans un dossier de projet. La Gazette des archives (Association des archivistes français), n° 190-191, 3e et 4e trimestres 2000, p. 233-246.

RODRIGUES, Ana Célia. Natureza dos documentos de arquivo: vínculo e estrutura. In: FREITAS, Lídia (org.) Documento: gênese e contextos de uso. Niterói: EdUFF, 2010.

_____. Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivo: um manual para o município de Campo Belo (MG). 2002. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, 2002.

RODRIGUES, Ana M. L.; A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 11, p. 102-117, 2006.

RODRIGUES, A. M. R. L. Uma análise da teoria dos arquivos. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 9, n. 2, p. 230-230, 2004.

RODRIGUES, Ana M. L.; A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 11, p. 102-117, 2006.

RODRÍGUEZ, M. A. A.; HEINECK, L. F. M. Construtibilidade no processo de projeto de edificações. In: II WORKSHOP NACIONAL - GESTÃO DO PROCESSO DE PROJETO NA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, Anais... Porto Alegre, 2002. CD-ROM

ROMEIRO FILHO, Eduardo. 2006. Projeto do Produto - Apostila do Curso. Segundo semestre de 2006. 8ª Edição. Belo Horizonte: LIDEP/DEP/EE/UFGM, 2004.

ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356 p.

SANTOS, A. A. Migon dos; GONCALVES, M. R. F.; BOJANOSKI, S. F. Plantas arquitetônicas em papel translúcido industrial: um diálogo entre Arquitetura, Arquivologia e patrimônio. Acervo, v. 27, p. 361-374-374, 2014.

SANTOS, Silvana; VENANCIO, R. Arquivos institucionais e memória da UFGM: um estudo dos arquivos de Arquitetura. 4º seminário Ibero-americano, Arquitetura e documentação. Belo Horizonte, 2015, p. 3-5. Disponível em <<http://www.forumpatrimonio.com.br/arqdoc2015/artigos/pdf/113.pdf>> Acesso: 10 set.2017.

SANTOS, Zulmira Maria Santos Pereira. Elaboração de um Arquivo Arquitectónico inserido num Modelo Tridimensional Urbano. Dissertação (Mestrado em Detecção Remota) – Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, Porto, 2003.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. Arquivística – Teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, G. F. A preservação da informação digital em arquivos de Arquitetura: o caso da Fundação Marques da Silva. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação.) - Universidade do Porto- Portugal.

SILVA, Joana Mello de Carvalho e. Um arquivo sem plano: o caso do acervo de projetos da FAU USP. In: XXVIII Simpósio Nacional de História: lugares dos historiadores velhos e novos desafios, 2015, Santa Catarina. Anais. Santa Catarina: UFSC, 2015. 16p.

- SILVA, João Claudio Parucher da. Atribuição de valor em arquivo de Arquitetura: subsídios para conservação de desenhos em papéis translúcidos. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional) - Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2017.
- SOUSA, Renato Tarcísio Barbosa. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete M.; LOPES, Iza L. (Org.). Organização e Representação do Conhecimento. Brasília: Thesaurus, 2003. p.240-271.
- THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 5-16, jan./jun. 2006.
- TZORTZOPOULOS, P. Contribuições para o desenvolvimento de um modelo do processo de projeto de edificações em empresas construtoras incorporadoras de pequeno porte. Porto Alegre: CPGEC - UFRGS, 1999. (Dissertação de Mestrado).
- VIANA, Claudio Muniz. Da concepção ao projeto de execução: a gênese documental dos arquivos de Arquitetura. Ponto de Acesso. Salvador, v.9, n.2, 2015.
- VIANA, Claudio Muniz; RODRIGUES, Ana Celia. Identificação de tipologia documental como metodologia para organização de arquivos de Arquitetura. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciências da Informação, João Pessoa, v.5, n.1, 2012.
- VIANA, Claudio Muniz. Identificação de tipologia documental como metodologia para organização de arquivos de Arquitetura. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2012.
- VIANA, Claudio Muniz . A organização da informação arquivística em arquivos de Arquitetura do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. UFRJ. Encontros Bibli , v. 16, p. 23-39, 2011.
- VIEIRA, João. A Arquitetura dos arquivos: reflexões em torno do conceito de ordem original. Arquivo & Administração, v.4, n. 2, p. 33-45, jul./dez. 2005.
- VIEIRA, Thiago O. Os documentos especiais à luz da Arquivologia contemporânea: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ANEXO A:
Principais grupos de atividades em Arquitetura e Urbanismo
segundo a Resolução CAU/BR N° 21

1. PROJETO

1.1. ARQUITETURA DAS EDIFICAÇÕES

- 1.1.1. Levantamento arquitetônico;
- 1.1.2. Projeto arquitetônico;
- 1.1.3. Projeto arquitetônico de reforma;
- 1.1.4. Projeto de edifício efêmero ou instalações efêmeras;
- 1.1.5. Projeto de monumento;
- 1.1.6. Projeto de adequação de acessibilidade;
- 1.1.7. As built;

1.2. SISTEMAS CONSTRUTIVOS E ESTRUTURAIS

- 1.2.1. Projeto de estrutura de madeira;
- 1.2.2. Projeto de estrutura de concreto;
- 1.2.3. Projeto de estrutura pré-fabricada;
- 1.2.4. Projeto de estrutura metálica;
- 1.2.5. Projeto de estruturas mistas;
- 1.2.6. Projeto de outras estruturas.

1.3. CONFORTO AMBIENTAL

- 1.3.1. Projeto de adequação ergonômica;
- 1.3.2. Projeto de luminotecnica;
- 1.3.3. Projeto de condicionamento acústico;
- 1.3.4. Projeto de sonorização;
- 1.3.5. Projeto de ventilação, exaustão e climatização;
- 1.3.6. Projeto de certificação ambiental;

1.4. ARQUITETURA DE INTERIORES

- 1.4.1. Projeto de Arquitetura de Interiores;
- 1.4.2. Projeto de reforma de interiores;
- 1.4.3. Projeto de mobiliário;

1.5. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES À ARQUITETURA

- 1.5.1. Projeto de instalações hidrossanitárias prediais;
- 1.5.2. Projeto de instalações prediais de águas pluviais;
- 1.5.3. Projeto de instalações prediais de gás canalizado;
- 1.5.4. Projeto de instalações prediais de gases medicinais;
- 1.5.5. Projeto de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio;

- 1.5.6. Projeto de sistemas prediais de proteção contra incêndios e catástrofes;
 - 1.5.7. Projeto de instalações elétricas prediais de baixa tensão;
 - 1.5.8. Projeto de instalações telefônicas prediais;
 - 1.5.9. Projeto de instalações prediais de TV;
 - 1.5.10. Projeto de comunicação visual para edificações;
 - 1.5.11. Projeto de cabeamento estruturado, automação e lógica em edifícios;
- 1.6. 1.6. ARQUITETURA PAISAGÍSTICA
- 1.6.1. Levantamento paisagístico;
 - 1.6.2. Prospecção e inventário;
 - 1.6.3. Projeto de Arquitetura Paisagística;
 - 1.6.4. Projeto de recuperação paisagística;
 - 1.6.5. Plano de manejo e conservação paisagística;
- 1.7. RELATÓRIOS TÉCNICOS DE ARQUITETURA
- 1.7.1. Memorial descritivo;
 - 1.7.2. Caderno de especificações ou de encargos;
 - 1.7.3. Orçamento;
 - 1.7.4. Cronograma;
 - 1.7.5. Estudo de viabilidade econômico-financeira;
 - 1.7.6. Avaliação pós-ocupação;
- 1.8. URBANISMO E DESENHO URBANO
- 1.8.1. Levantamento cadastral;
 - 1.8.2. Inventário urbano;
 - 1.8.3. Projeto urbanístico;
 - 1.8.4. Projeto de parcelamento do solo mediante loteamento;
 - 1.8.5. Projeto de parcelamento do solo mediante desmembramento ou remembramento;
 - 1.8.6. Projeto de regularização fundiária;
 - 1.8.7. Projeto de sistema viário e acessibilidade;
 - 1.8.8. Projeto especializado de tráfego e trânsito de veículos e sistemas de estacionamento;
 - 1.8.9. Projeto de mobiliário urbano;
- 1.9. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES AO URBANISMO
- 1.9.1. Projeto de movimentação de terra, drenagem e pavimentação;
 - 1.9.2. Projeto de sistema de iluminação pública;
 - 1.9.3. Projeto de comunicação visual urbanística;
 - 1.9.4. Projeto de sinalização viária;
 - 1.9.5. Projeto de sistema de coleta de resíduos sólidos;
- 1.10. RELATÓRIOS TÉCNICOS URBANÍSTICOS

- 1.10.1. Memorial descritivo;
 - 1.10.2. Caderno de especificações ou de encargos;
 - 1.10.3. Orçamento;
 - 1.10.4. Cronograma;
 - 1.10.5. Estudo de viabilidade econômico-financeira;
 - 1.11. PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO
 - 1.11.1. Preservação de edificações de interesse histórico-cultural;
 - 1.11.1.1. Registro da evolução do edifício;
 - 1.11.1.2. Avaliação do estado de conservação;
 - 1.11.1.3. Projeto de consolidação;
 - 1.11.1.4. Projeto de estabilização;
 - 1.11.1.5. Projeto de requalificação;
 - 1.11.1.6. Projeto de conversão funcional;
 - 1.11.1.7. Projeto de restauração;
 - 1.11.1.8. Plano de conservação preventiva;
 - 1.11.2. Preservação de sítios histórico-culturais;
 - 1.11.2.1. Levantamento físico, socioeconômico e cultural;
 - 1.11.2.2. Registro da evolução urbana;
 - 1.11.2.3. Inventário patrimonial;
 - 1.11.2.4. Projeto urbanístico setorial;
 - 1.11.2.5. Projeto de requalificação de espaços públicos;
 - 1.11.2.6. Projeto de requalificação habitacional;
 - 1.11.2.7. Projeto de reciclagem da infraestrutura;
 - 1.11.2.8. Plano de preservação;
 - 1.11.2.9. Plano de gestão patrimonial;
 - 1.11.3. Preservação de jardins e parques históricos;
 - 1.11.3.1. Prospecção e inventário;
 - 1.11.3.2. Registro da evolução do sítio;
 - 1.11.3.3. Projeto de restauração paisagística;
 - 1.11.3.4. Projeto de requalificação paisagística;
 - 1.11.3.5. Plano de manejo e conservação;
2. EXECUÇÃO
- 2.1. ARQUITETURA DAS EDIFICAÇÕES
 - 2.1.1. Execução de obra;
 - 2.1.2. Execução de reforma de edificação;
 - 2.1.3. Execução de edifício efêmero ou instalações efêmeras;
 - 2.1.4. Execução de monumento;

- 2.1.5. Execução de adequação de acessibilidade.
- 2.2. SISTEMAS CONSTRUTIVOS E ESTRUTURAIS
 - 2.2.1. Execução de estrutura de madeira;
 - 2.2.2. Execução de estrutura de concreto;
 - 2.2.3. Execução de estrutura pré-fabricada;
 - 2.2.4. Execução de estrutura metálica;
 - 2.2.5. Execução de estruturas mistas;
 - 2.2.6. Execução de outras estruturas;
- 2.3. CONFORTO AMBIENTAL
 - 2.3.1. Execução de adequação ergonômica;
 - 2.3.2. Execução de instalações de luminotecnica;
 - 2.3.3. Execução de instalações de condicionamento acústico;
 - 2.3.4. Execução de instalações de sonorização;
 - 2.3.5. Execução de instalações de ventilação, exaustão e climatização;
- 2.4. ARQUITETURA DE INTERIORES
 - 2.4.1. Execução de obra de interiores;
 - 2.4.2. Execução de reforma de interiores;
 - 2.4.3. Execução de mobiliário;
- 2.5. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES À ARQUITETURA
 - 2.5.1. Execução de instalações hidrossanitárias prediais;
 - 2.5.2. Execução de instalações prediais de águas pluviais;
 - 2.5.3. Execução de instalações prediais de gás canalizado;
 - 2.5.4. Execução de instalações prediais de gases medicinais;
 - 2.5.5. Execução de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio;
 - 2.5.6. Execução de sistemas prediais de proteção contra incêndios e catástrofes;
 - 2.5.7. Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão;
 - 2.5.8. Execução de instalações telefônicas prediais;
 - 2.5.9. Execução de instalações prediais de TV;
 - 2.5.10. Execução de comunicação visual para edificações;
 - 2.5.11. Execução de cabeamento estruturado, automação e lógica em edifícios.
- 2.6. ARQUITETURA PAISAGÍSTICA
 - 2.6.1. Execução de obra de Arquitetura Paisagística;
 - 2.6.2. Execução de recuperação paisagística;
 - 2.6.3. Implementação de plano de manejo e conservação;
- 2.7. URBANISMO E DESENHO URBANO
 - 2.7.1. Execução de obra urbanística;
 - 2.7.2. Execução de obra de parcelamento do solo mediante loteamento;

- 2.7.3. Execução de obra de parcelamento do solo mediante desmembramento ou remembramento;
- 2.7.4. Implantação de sistema especializado de tráfego e trânsito de veículos e sistemas de estacionamento;
- 2.7.5. Execução de sistema viário e acessibilidade;
- 2.7.6. Execução de mobiliário urbano;
- 2.8. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES AO URBANISMO
 - 2.8.1. Execução de terraplenagem, drenagem e pavimentação;
 - 2.8.2. Execução de sistema de iluminação pública;
 - 2.8.3. Execução de comunicação visual urbanística;
 - 2.8.4. Execução de obra de sinalização viária;
 - 2.8.5. Implantação de sistema de coleta de resíduos sólidos;
- 2.9. PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO.
 - 2.9.1. Preservação de edificações de interesse histórico-cultural;
 - 2.9.1.1. Execução de obra de preservação do patrimônio edificado;
 - 2.9.1.2. Execução de obra de consolidação;
 - 2.9.1.3. Execução de obra de estabilização;
 - 2.9.1.4. Execução de obra de reutilização;
 - 2.9.1.5. Execução de obra de requalificação;
 - 2.9.1.6. Execução de obra de conversão funcional;
 - 2.9.1.7. Execução de obra de restauração;
 - 2.9.1.8. Execução de obra de conservação preventiva;
 - 2.9.2. Preservação de sítios histórico-culturais;
 - 2.9.2.1. Execução de obra urbanística setorial;
 - 2.9.2.2. Execução de obra de requalificação de espaços públicos;
 - 2.9.2.3. Execução de obra de requalificação habitacional;
 - 2.9.2.4. Execução de obra de reciclagem da infraestrutura;
 - 2.9.3. Preservação de jardins e parques históricos;
 - 2.9.3.1. Execução de obra de restauração paisagística;
 - 2.9.3.2. Execução de requalificação paisagística;
 - 2.9.3.3. Implementação de plano de manejo e conservação;
- 3. GESTÃO
 - 3.1. COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS
 - 3.2. SUPERVISÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO;
 - 3.3. DIREÇÃO OU CONDUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO;
 - 3.4. GERENCIAMENTO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO;
 - 3.5. ACOMPANHAMENTO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO;
 - 3.6. FISCALIZAÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO;

3.7. DESEMPENHO DE CARGO OU FUNÇÃO TÉCNICA.

4. MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO

4.1. GEORREFERENCIAMENTO E TOPOGRAFIA

- 4.1.1. Levantamento topográfico por imagem;
- 4.1.2. Fotointerpretação;
- 4.1.3. Georreferenciamento;
- 4.1.4. Levantamento topográfico planialtimétrico;
- 4.1.5. Análise de dados georreferenciados e topográficos;
- 4.1.6. Cadastro técnico multifinalitário;
- 4.1.7. Elaboração de Sistemas de Informações Geográficas – SIG.

4.2. MEIO AMBIENTE

- 4.2.1. Zoneamento geoambiental;
- 4.2.2. Diagnóstico ambiental;
- 4.2.3. Relatório Ambiental Simplificado – RAS;
- 4.2.4. Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV;
- 4.2.5. Estudo de Viabilidade Ambiental – EVA;
- 4.2.6. Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto no Meio Ambiente – EIA – RIMA;
- 4.2.7. Estudo de Impacto Ambiental complementar – EIAC;
- 4.2.8. Plano de monitoramento ambiental;
- 4.2.9. Plano de Controle Ambiental – PCA;
- 4.2.10. Relatório de Controle Ambiental – RCA;
- 4.2.11. Plano de manejo ambiental;
- 4.2.12. Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD;
- 4.2.13. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS;

4.3. PLANEJAMENTO REGIONAL

- 4.3.1. Levantamento físico-territorial, socioeconômico e ambiental;
- 4.3.2. Diagnóstico socioeconômico e ambiental;
- 4.3.3. Plano de desenvolvimento regional;
- 4.3.4. Plano de desenvolvimento metropolitano;
- 4.3.5. Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – PDITs;
- 4.3.6. Plano de desenvolvimento de região integrada – RIDE;
- 4.3.7. Plano diretor de mobilidade e transporte;

4.4. PLANEJAMENTO URBANO

- 4.4.1. Levantamento ou inventário urbano;
- 4.4.2. Diagnóstico físico-territorial, socioeconômico e ambiental;
- 4.4.3. Planejamento setorial urbano;

- 4.4.4. Plano de intervenção local;
 - 4.4.5. Planos diretores;
 - 4.4.6. Plano de saneamento básico ambiental;
 - 4.4.7. Plano diretor de drenagem pluvial;
 - 4.4.8. Plano diretor de mobilidade e transporte;
 - 4.4.9. Plano diretor de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – PDITs;
 - 4.4.10. Plano de habitação de interesse social;
 - 4.4.11. Plano de regularização fundiária;
 - 4.4.12. Análise e aplicação dos instrumentos do estatuto das cidades;
 - 4.4.13. Plano ou traçado de cidade;
 - 4.4.14. Plano de requalificação urbana;
5. ATIVIDADES ESPECIAIS EM ARQUITETURA E URBANISMO
- 5.1. ASSESSORIA;
 - 5.2. CONSULTORIA;
 - 5.3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA;
 - 5.4. VISTORIA;
 - 5.5. PERÍCIA;
 - 5.6. AVALIAÇÃO;
 - 5.7. LAUDO TÉCNICO;
 - 5.8. PARECER TÉCNICO;
 - 5.9. AUDITORIA;
 - 5.10. ARBITRAGEM;
 - 5.11. MENSURAÇÃO;
6. ENSINO E PESQUISA
- 6.1. ENSINO
 - 6.1.1. Ensino de graduação e/ou pós-graduação;
 - 6.1.2. Extensão;
 - 6.1.3. Educação continuada;
 - 6.1.4. Treinamento;
 - 6.1.5. Ensino Técnico Profissionalizante;
 - 6.2. PESQUISA
 - 6.3. TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE
 - 6.3.1. Pesquisa e inovação tecnológica;
 - 6.3.2. Pesquisa aplicada em tecnologia da construção;
 - 6.3.3. Pesquisa de elemento ou produto para a construção;
 - 6.3.4. Estudo ou pesquisa de resistência dos materiais;
 - 6.3.5. Estudo e correção de patologias da construção;

- 6.3.6. Padronização de produto para a construção;
 - 6.3.7. Ensaio de materiais;
 - 6.3.8. Controle de qualidade de construção ou produto.
7. ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO (Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985).
- 7.1. PLANOS
 - 7.1.1. Plano da gestão de segurança do trabalho;
 - 7.1.2. Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR;
 - 7.1.3. Plano de emergência;
 - 7.1.4. Plano de prevenção de catástrofes;
 - 7.1.5. Plano de contingência;
 - 7.2. PROGRAMAS
 - 7.2.1. Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT;
 - 7.2.2. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPAR;
 - 7.2.3. Programa de Proteção Respiratória;
 - 7.2.4. Programa de Conservação Auditiva;
 - 7.2.5. Programa de Prevenção da Exposição Ocupacional ao Benzeno – PPEOB;
 - 7.3. AVALIAÇÃO DE RISCOS
 - 7.3.1. Riscos químicos;
 - 7.3.2. Riscos físicos;
 - 7.3.3. Riscos biológicos;
 - 7.3.4. Riscos ambientais;
 - 7.3.5. Riscos ergonômicos;
 - 7.4. MAPA DE RISCO DAS CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO
 - 7.5. RELATÓRIOS PARA FINS JUDICIAIS
 - 7.5.1. Vistoria;
 - 7.5.2. Perícia;
 - 7.5.3. Avaliação;
 - 7.5.4. Laudo;
 - 7.6. LAUDO DE INSPEÇÃO SOBRE ATIVIDADES INSALUBRES;
 - 7.7. LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES DO TRABALHO - LTCAT;
 - 7.8. OUTRAS ATIVIDADES
 - 7.8.1. Equipamentos de proteção individual – EPI;
 - 7.8.2. Equipamentos de proteção coletiva;
 - 7.8.3. Medidas de proteção coletiva;
 - 7.8.4. Avaliação de atividades perigosas;
 - 7.8.5. Medidas de proteção contra incêndios e catástrofes;

- 7.8.6. Instalações de segurança do trabalho;
- 7.8.7. Condições de trabalho;
- 7.8.8. Sinalização de segurança;
- 7.8.9. Dispositivos de segurança;
- 7.8.10. Segurança em instalações elétricas;
- 7.8.11. Segurança para operação de elevadores e guindastes.

APENDICE 1:

Detalhamento da produção documental nos processos do Fluxograma Informacional

1. Cliente entra em contato
2. Levantamento de dados
 - 2.1. Levantamentos planialtimétricos, cadastrais, geológicos, hídricos, ambientais, climáticos, ecológicos, técnicos, legais e jurídicos, sociais e restrições
 - 2.2. Fotos do terreno e entorno (vizinhança)
 - 2.3. Estudo numérico
 - 2.4. Estudos de viabilidade
 - 2.5. Esboços e croquis iniciais
3. Programa de necessidades
 - 3.1. Organogramas funcionais
 - 3.2. Esquemas gráficos, diagramas e histogramas
 - 3.3. Memoriais de recomendações
 - 3.4. Planilhas de cálculos
 - 3.5. Textos de anotações e observações
 - 3.6. Elaboração do programa de necessidades
4. Orçamento e negociação
 - 4.1. Esboços e relatórios das características, exigências, dimensões e quantidades
 - 4.2. Orçamentos iniciais do projeto: custo, material, prazos
 - 4.3. Contrato de prestação de serviços
5. Estudo Preliminar
 - 5.1. Cronogramas de atividades
 - 5.2. Estudo preliminar de Arquitetura
 - 5.3. Estudo preliminar de estrutura
 - 5.4. Estudo preliminar de instalações preventivas, elétricas e hidrossanitárias
 - 5.5. Plantas: implantação, baixa, cobertura, cortes (longitudinais e transversais), fachadas
 - 5.6. Memoriais Justificativos
 - 5.7. Relatórios de análise e controle e compatibilização dos estudos preliminares;
 - 5.8. Relatórios de visitas e reuniões com as partes envolvidas
 - 5.9. Maquetes, fotografias e textos explicativos
 - 5.10. Estudos complementares para ajustes
 - 5.11. Requerimento para Anteprojeto
6. Anteprojeto
 - 6.1. Cronograma de atividades

- 6.2. Plantas: implantação, terraplanagem, cortes de terraplanagem, cobertura, cortes (longitudinais e transversais), fachadas e detalhes construtivos com as alterações do estudo preliminar
- 6.3. Memoriais descritivos da edificação e dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais
- 6.4. Anteprojeto de Arquitetura
- 6.5. Anteprojeto de estrutura
- 6.6. Anteprojeto de instalações preventivas, elétricas e hidrossanitárias
- 6.7. Anteprojeto Layout Canteiro
- 6.8. Relatórios de análise legal, técnica e financeira dos anteprojeto
- 6.9. Relatório de Ajustes do Anteprojeto
- 6.10. Requerimento para Projeto Legal
7. Projeto Legal
 - 7.1. Cronograma de atividades
 - 7.2. Plantas e desenhos com as alterações do Anteprojeto, dos requisitos legais e das normas técnicas vigentes
 - 7.3. Documentos exigidos pelo Órgão Público responsável para aprovação do projeto: matrículas, documentos pessoais (cliente e empresa), impostos e taxas legais, etc.
 - 7.4. Registro de incorporação
 - 7.5. RRT - registro de Responsabilidade Técnica
8. Protocolo no Órgão Público responsável
 - 8.1. Comprovante de protocolo no Órgão Público
9. Aguardar análise Órgão Público
10. Projeto Executivo e complementares
 - 10.1. Aprovação do Órgão Público
 - 10.2. Cronograma de atividades
 - 10.3. Plantas: implantação, terraplanagem, cortes de terraplanagem, cobertura, cortes (longitudinais e transversais), fachadas e detalhes construtivos com as alterações do Projeto Legal
 - 10.4. Memoriais descritivos da edificação, das instalações prediais, e dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais
 - 10.5. Laudos, maquetes e fotografias
 - 10.6. Projeto Executivo de Arquitetura
 - 10.7. Projeto Executivo de estrutura
 - 10.8. Projeto Layout Canteiro
 - 10.9. Projeto Fundações
 - 10.10. Projeto de Formas
 - 10.11. Projeto de Alvenaria
 - 10.12. Projeto de instalações preventivas, elétricas e hidrossanitárias

- 10.13. Projetos complementares
- 10.14. Relatórios de análise e controle e compatibilização dos projetos executivos
- 10.15. Requerimento para execução de obra
- 11. Início da Obra
- 12. Visitas Técnicas
 - 12.1. Laudos de visitas
 - 12.2. Registro de alterações de projeto
 - 12.3. Relatórios de pedidos de informações
 - 12.4. Registros de retrabalho
 - 12.5. Relatório de 1ª satisfação do cliente
- 13. Finalização da obra
- 14. Ajustes Projeto Executivo “As Built”
 - 14.1. Projeto “As Built” (ajustes e modificações)
 - 14.2. Relatório de atendimento pós obra do imóvel para o uso
 - 14.3. Relatório de análise financeira após projeto “As Built”
 - 14.4. Relatório de 2ª satisfação do cliente
 - 14.5. Análise e registro em banco de dados (feedback)
- 15. Arquivar